



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 148

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
TAQUIGRAFIA	2988
SECRETARIA GERAL	3016
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3016

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA NONA LEGISLATURA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze, às onze horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência dos Senhores Deputados Maurão de Carvalho – Presidente e Edson Martins – 1º Vice-Presidente; Secretariada pelos Senhores Deputados Luizinho Goebel e Ezequiel Júnior; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Edson Martins, Dr. Neidson, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Só na Bença e Senhora Deputada Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Marcelino Tenório, Saulo Moreira e Senhoras Deputadas Glaucione e Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram **aprovados** em segunda discussão e votação, pelo processo

de votação simbólica, por maioria de votos os seguintes **Projetos de Leis de autoria do Poder Executivo: nº 135/15 - M 143** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o montante de R\$ 14.045.814,47 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC”; **nº 136/15 - M 144** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 12.551.630,73 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação - SEDUC”; **nº 144/15 - M 158** que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3306, de 19 de dezembro de 2013 que Dispõe sobre a instituição da Ficha de Controle Sanitário da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia, seus procedimentos e tratamento de suas informações”; **nº 155/15 - M 167** que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo tributário nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação – GAV que especifica”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente comunicou realização de sessão solene de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro, no dia 26 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, em homenagem à Escola Barão do Solimões; comunicou realização de audiências públicas: dia 27 do corrente, às 09:00 horas, de autoria do Deputado Léo Moraes, para discutir sobre o Passe Livre Estudantil para a rede de ensino do Estado; dia 28 do corrente, às 09:00 horas, de autoria do Deputado Alex Redano, para discutir a situação acadêmica e jurídica da Faculdade FIAR, na Câmara Municipal de Ariquemes; e sessão solene dia 31 do corrente, às 15:00 horas, de autoria do Deputado Airton Gurgacz, em homenagem ao *Sport Club Genus*; e convocou sessão ordinária para o dia 1º de setembro, no horário regimental, às 15:00 horas. Para constar, o Secretário determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às doze horas e dezoito minutos do dia vinte e seis de agosto do ano dois mil e quinze.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA**

Aos oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, às dezoito horas e cinquenta minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pela Senhora Deputada Glaucione – 2ª Secretária; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Jean Oliveira, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Léo Moraes, Maurão de Carvalho, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Glaucione, Rosângela Donadon e Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Airton Gurgacz, Dr. Neidson, Hermínio Coelho, Lebrão, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório e Ribamar Araújo. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi lido e aprovado, em discussão única e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos o Requerimento de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Requer à Mesa, na forma regimental, criação de Comissão Temporária Especial destinada a apurar a convocação de servidores de cargo comissionado do Estado de Rondônia, que foram obrigados a fazer empréstimos no total de um milhão e meio de reais, com a finalidade de pagamento de honorários advocatícios decorrentes do processo de cassação do Governador Confúcio Moura”. Foi aprovado em primeira discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos o **Projeto de Lei nº 048/15** de autoria da Deputada Glaucione que “Dispõe sobre a presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Rondônia”, com emenda. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação, o projeto aprovado nesta sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos do dia oito de setembro do ano dois mil e quinze.

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 28ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER SOBRE EVENTOS CULTURAIS**

Em 13 de agosto de 2015

**Presidência do Sr.
CLEITON ROQUE – Deputado**

(ÀS 15 horas e 34 minutos é aberta a sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento dos Exm^{os} Srs. Deputados Estaduais Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia, Aécio da TV e Cleiton Roque, realiza Audiência Pública com objetivo de debater assuntos relativos a eventos culturais no Estado de Rondônia. Convidamos para compor a Mesa o Exm^o Senhor Deputado Cleiton Roque, proponente desta Audiência Pública que vai atuar como Presidente desta Audiência Pública. Exm^o Senhor Deputado Aécio da TV, também proponente desta Audiência Pública. Exm^o Sr. Adilson Donizete de Oliveira, Promotor de Justiça representando o Ministério Público do Estado de Rondônia. Dr. Carlos Dobbs, Procurador Geral do Município de Porto Velho. Sr. Rodney Paes, Superintendente da Juventude de Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL. Coronel BM Silvio Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Rondônia. Professora Marceli Pereira, Diretora de Cultura e Extensão da UNIR. Sr. Rafael Altomar, Vice-Presidente da Funcultural. Sacerdotisa Marlene Souza, Conselheira Estadual de Cultura.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta audiência pública objetivando debater os assuntos relativos a eventos culturais no Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé cantarmos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do hino Céus de Rondônia)

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Quero neste momento justificar a ausência de um dos proponentes também desta Audiência Pública, o Presidente desta Casa de Leis, Deputado Maurão de Carvalho que teve um problema de saúde logo pela manhã e precisou se ausentar. Então eu quero agradecer a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimentamos o nosso companheiro Deputado Estadual Aécio da TV. Cumprimentamos também o nosso companheiro Deputado Estadual Só na Bença, agradecer pela presença e apoio; cumprimentar o Exm^o Sr. Adilson Donizete de Oliveira, Promotor de Justiça representando o Ministério Público. Dr. Carlos Dobbs, Procurador e representando a Procuradoria Geral do Município de Porto Velho. O Sr. Rodney Paes, Superintendente da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL. Coronel BM Silvio Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia. Professora Marceli Pereira, Diretora de Cultura e Extensão da UNIR, agradecê-la pela presença. Sr. Rafael Altomar, Vice-Presidente da Funcultural, da Fundação de Cultura do Município de Porto Velho, obrigado pela presença. Sacerdotisa Marlene Souza, Conselheira Estadual de Cultura. Então nós agradecemos em nome dos componentes da mesa todos os senhores e senhoras aqui presentes, agradecer pela presença e participação nesta Audiência Pública, estão aqui com certeza todas as pessoas que estão interessadas em propor, em debater a atual situação, a atual conjuntura de vida no nosso Estado de Rondônia pelos ativistas culturais, pelas pessoas que fazem cultura, pelas entidades, para que a

gente possa construir cada vez mais a parceria e a participação das pessoas que fazem cultura em Rondônia, que se aproximam ainda mais tanto do Governo do Estado de Rondônia, tanto da Prefeitura Municipal, da Assembleia Legislativa, dos demais Poderes constituídos. Convidamos também o Tribunal de Contas para participar com a gente aqui, eu acredito que no decorrer da audiência pública deverá comparecer representante do Tribunal de Contas que é importante também. Nós sabemos que nós vivemos num momento no nosso país e naturalmente no nosso Estado de Rondônia também, a necessidade de todos nós evoluirmos ainda mais, tanto no aspecto do conhecimento da prática da gestão pública dando uma eficiência maior ao poder público também para que os resultados aconteçam mais na ponta, da mesma forma as instituições também. Então o momento aqui é um momento ideal onde nós temos a oportunidade de ouvir todos vocês que queiram se manifestar, expor a opinião de vocês, as principais pastas tanto do município quanto do Estado estão aqui presentes, que nós possamos sair daqui ao final desta audiência pública com propostas claras e perfeitamente exequíveis por parte dos Poderes, que possamos encontrar soluções para os principais problemas que nós temos. Sabemos perfeitamente que cultura não pode ser tratada como uma despesa, cultura é um investimento, ela tem que ser tratada assim pelos Poderes constituídos, pelo Governo do Estado. Então esta é a nossa posição e nós aqui, tanto o Deputado Cleiton Roque, Deputado Aécio da TV, Deputado Só na Bença aqui presente, como dos demais 21 deputados desta Casa também têm essa visão, que nós possamos ao final desta audiência pública termos avançado nas principais demandas do nosso Estado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente desta Audiência Pública Deputado Cleiton Roque, saudamos aqui e registramos a presença do Exmº Sr. Deputado Só na Bença; registramos também e agradecemos a presença do Exmº Sr. Cleber Firmino, Vice-Prefeito de Novo Horizonte, Sr. Leonor Schrammel, Controlador Geral do Estado, Sr. Silfarney Silva, Presidente da Associação Boi-Bumbá Às de Ouro, Sr. Hudson Mamede, Presidente da Federação das Escolas de Samba – FESEC, senhor Ronaldo Farias, representante do Instituto Cultural Mirtes Rufino, senhor Oscar Silveira, Diretor de Produção da Empresa 'O Beco Produções' de Candeias do Jamari, senhora Lurdes Maria, Assessora da Excelentíssima Deputada Federal Marinha Raupp, senhor Marcos Nobre Júnior, Presidente do setorial de Cultura da PSB, senhora Raimunda Nonata Pereira, Diretora do Teatro Banzeiro, senhor Edson Cahula, Diretor do Galo da Meia Noite, senhor Chicão Santos, Coordenador do Sistema Estadual de Cultura e Produtor 'O Imaginário Porto Velho', Antônio das Chagas Campos, Diretor de Carnaval, senhor Inácio Pereira Campos, Presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Armário Grande, Professora Nazaré Silva, representando a SETUR, senhora Marlene Marques, Coordenadora do Estatuto da Economia Solidária e Feira do Sol Artesanatos, e senhora Maria Antônia Oliveira, Diretora Comercial da Cooperativa Açaí e Economia Solidária, Pastor Daniel Brasil, Presidente do Conselho de Pastores, Paulo André, Coordenador Geral do Ponto de Cultura Xadrez, Domingos Tavares, Bloco Porto Flá Urubuzada, Presidente da Associação Cultural e Desportiva de Porto Velho, senhor Kleber Firmino mais uma vez, Vice Prefeito de Novo Horizonte.

Também registrar a presença das pessoas que se inscreveram para fazer uso da palavra, mas eu vou registrar antes: senhora Jória de Souza Lima, ex-secretária Municipal de Cultura de Porto Velho, senhor Zezinho, ex-Maria Fumaça, Jornalista Sílvia Santos, o Zé Katraca, Diário da Amazônia, senhora Sueli Rodrigues, representante da SATED e da Associação Cultural Raízes do Porto; senhor Tiago Cahúla, Presidente da Sociedade Cultural 'O Galo da Meia Noite', Manoel João Madeira, Acadêmico da UNIR, e senhora Mara Valverde, Turismóloga.

E também agradecer o convite do Presidente, ou melhor, a justificativa de sua ausência. Ausência do senhor excelentíssimo senhor conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia José Euler Potiguar Pereira de Melo. Justifica que por motivo de compromissos agendados anteriormente não pode comparecer ao evento, mas formula votos de sucesso.

Também ofício da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, senhor Procurador Chefe Substituto, Leonardo Sampaio de Almeida, justifica a sua ausência desta

Audiência Pública em virtude de afastamento por férias do Estado de Rondônia.

Feito o registro, senhor Presidente.

O SR. CLEITON ROQUE – Bem neste momento nós franquearemos a palavra a senhora Sacerdotisa Marlene Souza, está com a palavra, se quiser se direcionar a tribuna fique à vontade.

A SRA. MARLENE SOUZA – Boa tarde a todos. É um prazer imenso participar desta reunião, que nós precisamos expor o nosso trabalho que nós devemos fazer em prol de nossa cultura, de nossos representantes, aqueles que votaram em me colocar representando a Cultura Afro. Então nós precisamos, também, que as pessoas nos instigam para que nós possamos fazer o nosso trabalho em benefício de toda cultura de todos, não só da Cultura Afro, mas de modo geral de artesanato, de boi-bumbá. Tudo está inserido na Cultura Afro. Por que na Cultura Afro nós temos Boi-bumbá, na Cultura Afro nós temos artesanato, porque nós confeccionamos os nossos trabalhos, toda a nossa parte. Me desculpem as autoridades, os Deputados. Boa tarde a todos e aos companheiros. Desculpem. Mas como eu estava falando a respeito da Cultura Afro todo o contexto de cultura está inserido na Cultura Afro: costura, artesanato, o estudo, a própria, o estudo de como doutrinar uma criança, como ensinar uma criança, cuidar de criança e cuidar do lado de fazer a pessoa ter o discernimento para conduzir o seu caminho em uma cultura. Então vamos falar assim: a cultura ela precisa de pessoas que tenha também o dinamismo para que conte com o nosso trabalho, para que cada um chegue até nós, porque o lado artístico na Cultura Afro, a poesia, de todas as formas nós precisamos expor o nosso trabalho. Agora precisamos também que nos insiram nessa condição, que os governantes, nossos deputados estejam, também nos dando apoio, para que nós possamos ver uma coisa, que nós possamos ver o Conselho de Cultura melhor, um Conselho bem desenvolvido, que possa atuar melhor. E precisamos também de apoio de vocês para votar em nossos Projetos, para votar no que nós precisamos de apoio de vocês. Que os deputados estejam juntos também com os

Conselheiros, com a cultura de Rondônia e com o Conselho de Rondônia. Nós precisamos do apoio de vocês, porque se vocês nos derem o apoio como os políticos e a quem chega até nós, nós também temos como retribuir com o nosso trabalho, mostrando o nosso serviço, de uma cultura melhor para Rondônia, um Conselho mais atuante, que falta apoio dos governantes, apoio dos Deputados que é que estão aqui para nos apoiar e nós muitas vezes nós precisamos e não acontece o atendimento. Bom, eu não sei se eu tenho tempo marcado, ou se eu posso me alongar mais, mas eu acho...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - É que tem muita gente para falar, não é?!

A SRA. MARLENE SOUZA - É tem muita gente, então vamos ser mais complacentes no horário. Então eu agradeço a oportunidade e a todos os companheiros que estão aqui presentes, e que a população de Rondônia também se insira no contexto de cultura, porque todos nós precisamos de cultura. Boa tarde e muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Senhor Deputado Cleiton Roque. Registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano.

O SR. CLEITON ROQUE - Agradecer pela presença do nosso companheiro, o Deputado Alex Redano. Neste momento nós franqueamos à palavra a professora Marcella Pereira, Diretora de Cultura e Extensão da UNIR.

A SRA. MARCELLA PEREIRA - Bem, boa tarde a todos, boa tarde a Mesa, em nome do Deputado Cleiton eu dou boa tarde a toda a Mesa. É uma surpresa fazer parte hoje dessa composição da Mesa, mas fico grata e feliz, porque acaba sendo uma oportunidade também da Universidade Federal de Rondônia poder se colocar num debate tão sério e tão importante que está relacionado à produção de cultura e arte no nosso Estado. Antes de qualquer coisa eu quero parabenizar a iniciativa da proposição dessa Audiência, porque isso mostra um claro comprometimento e um trabalho bastante interessante dessa Assembleia, do ponto de vista de acompanhar e se posicionar com relação as nossas ações culturais, as ações culturais que são promovidas. Os assuntos que a gente vai debater aqui são extremamente necessários, cada vez mais é importante que estejamos juntos, sociedade civil, parlamentares, políticos, professores das Universidades, produtores culturais, desenvolvendo uma reflexão séria a partir de tantos desafios que a gente tem pela frente. A cultura do nosso Estado, digo nosso, já me considerando parte dele, eu chego do Rio de Janeiro, sou carioca, mas assumi a missão de contribuir com a construção de conhecimentos da Universidade Federal de Rondônia, então me digo e me sinto parte neste processo de constituição da cultura de nosso Estado. E, diante desses desafios todos, que a gente tem pela frente, fazer parte deste momento aqui, é não furtar a uma grande responsabilidade que temos que é produzir conhecimento em arte, em cultura, contribuir para a melhoria dessa formação em arte e cultura no nosso Estado. Então eu acho que a Universidade Federal de Rondônia ela se compromete e a gente tem cursos de artes que são dedicados a isso, a produção da dança, da música, do

teatro das artes visuais, e nesse caso também, relacionados ao patrimônio, nosso curso de arqueologia e história, para que a gente possa de alguma maneira, contribuir efetivamente com a construção de ideais, ideias, melhorando a capacidade e a formação dos técnicos e profissionais que lidam com o campo da cultura. Eu não vou me alongar, não pretendo aqui me estender, mas quero reforçar o nosso interesse em cada vez mais estar juntos e promovendo este diálogo, este intercâmbio para que a gente consiga qualificar e contribuir com a formação dos nossos profissionais em arte e cultura, e sei que essa é uma demanda urgente, sei que o nosso Estado precisa disso, nós precisamos cada vez mais dessa formação, a Universidade Federal também não pode sozinha cumprir com essa missão, nós precisamos compartilhar isso e eu acho que essa oportunidade aqui faz com que a gente tenha fôlego para garantir essa formação e essa construção de conhecimentos tão válidos. É importante frisar que, sem profissionais qualificados também, nós não conseguimos dar suporte para a produção cultural do nosso Estado. A gente sabe que a produção cultural é vasta, incrível, a gente tem artistas talentosíssimos, muita produção acontecendo, mas é importante também, primar pela qualificação desses profissionais, primar pela qualificação de jovens artistas para que eles possam cada vez mais desenvolver seus projetos culturais, desenvolvendo com qualidade e com sabedoria igual medida, a proteção e a preservação também dos nossos patrimônios culturais que estão em situação lastimável. Bom, é isso, estou à disposição de vocês, mais uma vez agradeço a oportunidade.

O SR. CLEITON ROQUE - agradecemos a Professora Marcella Pereira, Diretora de Cultura e Extensão da UNIR, nós sabemos a importância que a Instituição de Ensino tem com a questão da preservação da prática cultura, enfim, nos municípios e no Estado. Então, nós vamos franquear a palavra agora para o representante da Funcultural e dizer da importância que tem hoje da participação tanto do Rafael Altomar, hoje vice-presidente da Funcultural, quanto do Procurador Doutor Carlos Dobbs, que justamente um dos temas que nós somos muito questionados, justamente sobre a questão da lei 190 de 2008, 2009 se eu não me engano, lei municipal, que atrapalha muito a questão da produção cultural. Então, nós franqueamos a palavra agora, ao nosso companheiro e amigo Rafael Altomar, vice-presidente da Funcultural.

O SR. RAFAEL ALTOMAR - Bem boa tarde a todos os presentes, boa tarde a todos os senhores da Mesa. Parabenizar a chamada dessa pauta para essa discussão nessa tarde de hoje, muito importante gente, todas as vezes que nós temos a oportunidade de discutir cultura. Então, quando fiquei sabendo que iríamos discutir cultura, aqui dentro da Casa de Leis, eu não pude deixar de resgatar algumas leis do município que hoje a gestão da Funcultural está empenhada em aprovar e modificar também. Então eu pude anotar aqui, nós temos o nosso Sistema Municipal de Cultura, que eu estive ao lado dos senhores lutando por ele e a gente teve alguns avanços nesse sentido e tivemos alguns retrocessos também, então a questão do nosso Conselho, do nosso Fundo e da nossa Lei de Incentivo. O nosso Fundo está sendo implementado e a nossa Lei de Incentivo precisa ser aprovada em Porto Velho, são questões

fundamentais para que a nossa cultura possa ter um andamento mais tranquilo e mais sólido. Semana passada nós fizemos um Seminário de Patrimônio, para discutir o patrimônio material e imaterial também, para discutir toda essa questão patrimonial que é um gargalo muito grande nosso, tendo em vista a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, toda a problemática depois dessa enchente que aconteceu, estamos lutando e trabalhando arduamente para que se resolvam todos os problemas dali. Estamos trabalhando em cima de uma lei de contratação de artistas também e tudo isso que eu estou dizendo, no momento certo nós estaremos chamando o movimento para estar contribuindo com a gente nessas pautas e tudo mais, uma lei de contratação de artistas, principalmente os artistas locais para a gente poder contratar grupos de teatro, artistas da música e todos os outros seguimentos com mais tranquilidade podendo valorizar e tudo mais. E Deputado Cleiton, a famosa Lei 190 que quando se fala em Evento Cultural, em eventos em geral, grandes eventos, hoje o produtor de evento em Porto Velho ele é um corajoso, porque a Lei 190 ela tem vários pontos que dificultam muito a produção de grandes eventos aqui em nossa cidade, eu queria destacar alguns pontos que eu vim buscando na minha memória agora, que nas discussões que a gente tem aí, lembrando que até no comecinho da gestão do Dr. Mauro, a Funcultural mobilizou os produtores, o Ministério Público, a SEFAZ, as Secretarias para rediscutir essa lei para que a gente veja os pontos polêmicos, os pontos fortes, os pontos fracos para que a gente possa dar andamento a uma modificação dessa lei, e o primeiro entrave que a gente encontra dentro da Lei 190, é a tal da burocracia. Hoje para você fazer um evento em Porto Velho, você precisa de mais de mais de trinta documentos para você dar entrada no seu evento. Fica uma coisa assim, são documentos que muitas vezes a gente se pergunta, é necessário realmente esse documento? Então assim, essa questão burocrática nós temos que discutir na Lei 190, tem pontos assim que eu acho até que às vezes faz-se uma lei e ele funciona como uma cama de gato para o município porque tem uma questão na Lei 190 de publicidade. A lei impede que o produtor divulgue seu evento antes de ele ter a permissão da comissão de grandes eventos e tal e tudo mais. Você impedindo, primeiro que eu não vejo que esse seja o papel da prefeitura impedir que alguém faça publicidade do seu evento. Eu acho que o recolhimento do imposto é justo, claro, nós temos que recolher os impostos trabalhar certinho, dentro da legalidade, mas quando você impede que o produtor divulgue o seu evento para a própria Prefeitura é um prejuízo, porque ele divulgando o evento com menos antecedência ele vai vender menos ingresso, conseqüentemente, a Prefeitura vai recolher menos impostos. Então, tem alguns pontos dessa lei que a gente precisa realmente ver que ela prejudica tanto o produtor quanto o município e nós na atual gestão na Funcultural estamos empenhados em discutir essa lei.

Comissão de Grandes Eventos: Eu tive pesquisando a regulamentação de Grandes Eventos em diversas cidades: Maceió, Rio Branco, São Paulo e muito raro você vê uma questão de Comissão de Grandes Eventos. Eu fiz uma pergunta para o pessoal da SEMFAZ que eu achei muito simbólica, eu perguntei: para que serve, porque foi criada a Comissão de Grandes Eventos dentro da Lei 190? A resposta foi que era para dar agilidade aos processos, para que o produtor não precisasse ir à SEMFAZ tirar uma guia, depois ir à SEMTRAN

tirar outra guia, depois ir à outra Secretaria, que a Comissão se reuniria para dar agilidade a esse processo e aí eu fiz a segunda pergunta: e isso tem acontecido? Eu tenho a confirmação de vários produtores que estão aqui, não. Ela não está agindo de acordo com que ela foi proposta. Então, é de se discutir também essa Comissão de Grandes Eventos se ela está servindo para o propósito que ela foi criada.

E outra questão também que a gente discutiu muito é: porque não os impostos e taxas da Lei 190 quando ele é recolhido pela SEMFAZ ele não ir para o nosso Fundo de Cultura. É uma questão também a se discutir. Há um impedimento legal para que se faça isso? Eu realmente não sei, não sou um perito em legislação, nem sou advogado nem nada, nem tributações, mas eu acho que seria de grande valia para o Fundo Municipal de Cultura que o essas taxas e tributos venham para o nosso Fundo de Cultura. Então assim, são alguns pontos, eu acho que vou me ater aqui a falar da 190 que eu vi que era realmente o comentário de principal discussão dessa tarde de hoje, e eu quero agradecer o convite de estar aqui podendo contribuir para essa discussão e coloquei aqui alguns pontos polêmicos aqui desta lei que a gente precisa rediscutir para que a gente comece a fazer essas reflexões e aí no decorrer da tarde a gente possa ir discutindo mais um pouco aí sobre essas questões.

Agradeço Deputado Cleiton, Deputado Aécio da TV e a todos que estão presentes aqui pela oportunidade. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Deputado Cleiton Roque que preside esta Audiência Pública, pedimos permissão a Vossa Excelência para registrar a presença do Sr. Fernando Rocha Presidente da Federação de Quadrilhas e Bois-Bumbás e Grupos Folclóricos do Estado de Rondônia; do Sr. Cleber Maurício de Lima, Professor do Curso de Música da UNIR e da Sra. Maria Edileuza, Presidente da Associação Cultural Boi-bumbá Malhadinho/Guajará-Mirim.

Nós sabemos que a Assembleia Legislativa é o fórum de debates é aqui que nós devemos debater as reivindicações populares. Pedindo permissão a Vossa Excelência eu gostaria de orientar aos próximos oradores que sejam objetivos nas suas falas, haja vista nós termos vários oradores, mas não tem problema, pode dar o recado da maneira que vocês quiserem está bom!

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem. Nós vamos conceder a palavra agora a Sra. Jória de Souza Lima, ela é Ex-Secretária Municipal de Cultura do Município de Porto Velho.

A SRA. JÓRIA DE SOUZA LIMA – Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Cleiton Roque, em nome de quem, cumprimento todas as autoridades presentes. E cumprimentar o Sr. Fernando que está aqui na frente; cumprimentar todos os seguimentos na pessoa dele, e aos demais que estão presentes nessa importante discussão a respeito de um tema essencial e pouco respeitado, infelizmente, talvez, por um certo desconhecimento pelos nossos representantes do Executivo Municipal e Estadual, nos últimos anos. Faço, fiz questão de vir a esta tribuna por uma questão de caráter social, moral, cultural, por ter estado à frente da gestão municipal de cultura, período de 2013 a 2014, aonde nós tomamos e chamamos à responsabilidade para a discussão da Lei 190. Portanto, com relação a ela, um breve histórico. A

Lei 190 já vinha sendo discutida bem antes, na gestão anterior também. Gostaria de esclarecer que ela trata de eventos de ordem privada e isso muitos ainda não compreendem. Por iniciativa do Vereador Fogaça, em março de 2013, teve uma sessão aberta para discussão desse tema, onde todos aqui estiveram presentes, conhecem bem. A partir daí, em abril daquele ano, nos reunimos na Fundação junto com os produtores culturais para avançarmos no estudo dessa lei e de fato fizemos. Em abril, nós encaminhamos essa minuta com as sugestões dos produtores, com os quais nos reunimos durante dois, três dias de intenso trabalho, para a Procuradoria Geral do Município, onde estava nosso querido Procurador Geral Dr. Dobbs, à época, o Procurador Geral, e em seguida para a Secretaria Municipal de Fazenda para que realizassem a análise daquelas sugestões de alteração. Isso foi feito ao longo daquele ano, a SEMFAZ, em setembro, apresentou uma minuta de Lei 190, que depois foi encaminhada também à Procuradoria. A Procuradoria fez o seu trabalho, também à época, em janeiro, eu mantinha essa cobrança por meses seguidos, porque havia um interesse, um clamor social muito grande e se aproximava o carnaval. Portanto, em janeiro de 2014, dia 27 de janeiro, eu recebo a minuta, já com as alterações sugeridas tanto pela equipe de produtores quanto pela equipe da SEMFAZ, que trabalhou arduamente também nisso, que estava, inclusive, já com a mensagem para ser entregue à Câmara Municipal de Cultura, contudo, não foi. Eu creio que isso foi em decorrência do estado de calamidade decretado em 27 de fevereiro daquele ano e, ali, todo o debate então se encerrou, mas houve uma evolução. Essa minuta, portanto, que está, creio eu na Procuradoria Geral do Município, eu não segui, depois eu sai da Fundação e não sei qual a sequência dada. Ela acatou muitas das sugestões dos produtores culturais, ela não retornou para uma discussão com eles, e têm alguns pontos que eu faço algumas sugestões de alteração. Então, penso, senhores, que o ideal, neste momento, seria pegar esse trabalho que já foi feito, não retomar a discussão que já vem de longa data, e a partir dele ter uma discussão, portanto, com os produtores culturais para ver se há mais alguma derradeira sugestão. Digo derradeira porque já se alonga por anos e eu acho que já pode avançar daí, para o nosso benefício. Essa lei, só esclarecendo, senhores, ela, portanto, vai tratar de eventos, ela define eventos de pequeno, médio e grande porte. Contudo, ela regulamenta eventos de médio e grande porte, que vêm a ser eventos acima de 500 pessoas, comparecendo em espaços públicos ou em espaços privados que demandam um certo cuidado. Essa minuta trata, agora, da mudança, são a partir de duas mil pessoas que se torna um grande evento. Ela regulamenta os documentos que devem ser apresentados, houve uma redução desses documentos, ficaram documentos essenciais, dos quais não se pode abrir mão porque eles tratam essencialmente de segurança, da parte sanitária e alguns outros elementos que já constavam no TAC. Muito conhecido já dos meus colegas de segmento cultural, o TAC do Ministério Público, que tratava da limpeza após o evento; de cercar as ruas, porque isso é uma determinação do Código de Trânsito. Então, tudo aquilo que estava contido no TAC do Ministério Público, hoje já se encontra nesta minuta. Uma novidade, algumas novidades aí existem. Por exemplo, há uma sugestão para que haja remuneração dos membros dessa Comissão. Isso é um ponto a ser discutido. Eu, pessoalmente, acho desnecessário. Acho que é um trabalho

que se faz de interesse público, feito por funcionários públicos e não vejo motivo para que seja remunerado pela segunda vez. Mas por que é que foi sugerido isso? Para que as pessoas efetivamente comparecessem, porque a Comissão, praticamente, não existia. Era uma única pessoa que decidia, no final das contas, porque as pessoas não compareciam. Então, uma forma de forçar, de coagir a presença dessa Comissão. Essa Comissão passou a ficar, nessa minuta que os senhores devem conhecer posteriormente, sob a presidência de um funcionário da SEMFAZ, isso por sugestão da SEMFAZ. Vocês terão que discutir, teremos que discutir em conjunto. Outra sugestão que ali é colocada é com relação a prazo. E minha sugestão é que se faça um capítulo exclusivo para tratar de prazo. Ali têm os prazos para apresentação do requerimento junto à Secretaria de Fazenda; tem o prazo para saneamento, da falta de documentos, mas não tem o prazo para que o órgão público dê o seu parecer definitivo. E o que ocorre? Muitas vezes é que esse parecer saia na véspera do evento ou no dia do evento, na hora do evento, o que impossibilitava a sua realização. Então, eu acredito que houve um esquecimento, sugiro que se coloque nessa minuta, que se determine também o prazo para que o órgão público dê essa deliberação definitiva ou temporária, no caso de saneamento. Tenho a sequência de todos esses documentos para aqueles que quiserem fazer cópia, tenho certeza de que alguns não têm essa memória. Nós seguimos, durante um bom tempo, em discussão com todos os órgãos de Segurança Pública, à época, houve um grande avanço, isso, em muito foi acatado, então eu creio que nós avançamos. Essa lei interessa àqueles eventos que de algum modo recolhem, cobram ingressos, vendem camisetas. Não diz respeito, isso por uma luta nossa, e nós tivemos que pedir à época ao Prefeito para que ele fizesse por Decreto o esclarecimento de que aqueles eventos realizados pelo órgão do Executivo municipal, estadual ou federal, ele não se submete a esta Lei, não está sob a égide dela. Portanto, todos aqueles eventos que compõem o calendário municipal, estadual, ou federal, que são gratuitos, não estão sob a égide dessa lei, os que estão são aqueles em que há cobrança, em que há tributos ok? Para esclarecer, porque eu sei que é um pouco complicado, o tema 190, o que eu tinha para colaborar, era isso. Tem outro tema, quero ser breve e objetiva, mas são muitos os assuntos. Com relação ao calendário, muitos dizem que não há o calendário, não há o calendário, na nossa gestão, nós fizemos o calendário municipal, o calendário municipal, ele tanto trata das ações que a gente encontra ordinariamente dos feriados calendários oficiais, como ele trata de outras grandes festas populares que basicamente no município é o carnaval e o folclore, cada um já representa um enorme calendário, assim como os festejos ribeirinhos. Portanto, ele é complexo e a cada período sugeríamos que se trate de cada um com sua especificidade, não vou tratar do Estado. E gostaria também de falar de duas grandes preocupações, uma é o patrimônio; essa a meu ver é a nossa pedra no sapato, é lamentável o que tem acontecido, não só com o nosso símbolo que é a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como outros patrimônios, o patrimônio físico material e o patrimônio imaterial, é preciso que se der a devida atenção e nisso juntos estamos às três esferas de poder. Outra questão já, para finalizar e não cansá-los mais, é com relação à associação que poderia se ter entre a cultura e o turismo, não se fala no

turismo municipal ou estadual, e quando nós pensamos no turismo do Amazonas, ele tem precipuamente suas festas como atrativos. E isso representa sim, uma grande vitória na economia daquela região, daquele Estado, enquanto que nós esquecemos dos valores agregados, dos valores econômicos agregados na cultura. É preciso olhar com olhar mais carinhoso, para que esses eventos, eu chamo de eventos, mas manifestações seria a palavra correta que abarca a todos, como um fator de atrativo turístico para o nosso município, para nosso Estado. Bom, quero agradecer a oportunidade que e foi dada, nada mais tendo a acrescentar, agradeço e espero o nosso próximo encontro. Obrigada.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Quero cumprimentar o Doutor Leonor, Controlador Geral do Estado que está aqui presente, agradecer pela presença senhor Leonor. Nós concedemos a palavra agora ao senhor Zezinho, ex-Maria Fumaça.

O SR. ZEZINHO de JESUS – Boa tarde. Quero aqui cumprimentar toda a Mesa, através Deputado, Corpo de Bombeiro, Dobbs, senhora lá que eu não sei o nome, Deputado Aécio, Deputado Cleiton, o Ministério Público, aqui representado pelo Doutor Edson, Rodney. É amigos fazer eventos aqui em Porto Velho, virou um caso de justiça porque é difícil e complicado, porque nós nos deparamos, esbarramos nas burocracias, e naquelas pessoas que estão à frente de alguns órgãos municipais, estaduais, não quero citar nomes, mas é complicado. Eu fiz eventos culturais, e durante dezessete anos, eu fiz o carnaval fora de época ali na Jorge Teixeira, bloco Maria Fumaça, onde nós gerávamos três mil e quinhentos empregos temporários. E eu sofri, fizeram essa Lei 190, dizem que foi para mim, alguns dizem que foi para mim essa Lei 190, mas ela é perversa, ela é para acabar todo tipo de eventos, é não foi diferente comigo, graças a Deus, ela veio para acabar e eu parei de fazer eventos porque não é fácil não. Eu colocava ali cem mil pessoas por noite, nosso Estado, era conhecido como maior bloco do Brasil, e todo esse movimento foi parado, e acabado pelos órgãos, Lei 190 junto com os, Doutor, eu quero pedir licença aqui, junto com MPs Federal, Estadual, que colocaram assim, para impedir, e realmente impediu. Mas foi para o meu bem, tem coisas que vem para o bem da gente, graças a Deus, nós buscamos outros caminhos que nos tornam melhor homem, e eu hoje sou muito feliz, contribui com minha parte. Amados, na verdade, eu falo amados porque todos nós somos irmãos em Cristo Jesus. O que eu quero dizer o seguinte: Lei 190, eu não quero nem tratar aqui, porque eu sei que se a gente trata aqui, vai patinar, patinar e não vai sair do lugar. Rafael, hoje me falando que vai adiantar, realmente Jóia, era presidente e buscou, fez uma minuta, chegou a SEMFAZ que deveria está aqui e não está, e ela pegou, e segurou, modificou para piorar, já é difícil, ela pegou e modificou para piorar, mas fazer o quê. Então, todas essas dificuldades, é difícil fazer um evento, só que eu nunca perdi um liminar, nunca perdi uma, ganhei todas, mas aí o custo fica muito caro, você tem que pagar um advogado, cinco, dez mil reais e vai viver a vida toda fazendo evento como um caso de justiça. Isso é vergonhoso para um Estado desse, um Estado promissor, um Estado que cada dia mais vem crescendo, um Estado pujante, mas as autoridades, elas, eu não sei o que existe, elas vem buscando

cada dia mais dificultar, para impedir, coibir, proibir. O artigo 5º da Constituição, que a Lei 190 ele fere, está lá: o direito de reunião. Se eu avisar em quatro dias e não tiver nenhuma reunião naquele local, eu posso muito pelo contrário, tem que me dar proteção. Isso, eu tenho 54 laudas do Ministro Celso de Melo, que deu na Marcha da Maconha, deu favorável, que o direito de reunião está na Constituição e ele é ferido aqui no nosso Estado, na nossa cidade. Logicamente que se tiver alguma coisa naquele local nós não podemos marcar, mas se não tiver é obrigado o Estado dar proteção, ir lá, fazer a segurança, aqui é diferente. O direito de propriedade, eles pegam os impressos nossos e diz: não, você só vende quando eu autorizar. Você não tem o direito de propriedade, isso não existe, isso fere, sua mercadoria, você tem que vender; aqui diz, é 20 dias. Se vir um evento ou alguma coisa com 10 dias, diz; não, você não pode. Como é que é? Como é que eu posso aceitar um negócio deste? Eu parei, cansei, cansei fui tanto judiado gente, que eu tive que abraçar com Jesus e hoje graças a Deus, não tenho vergonha não de dizer, sou muito feliz por isso. Então, gente, o que eu quero te dizer é o seguinte, agora eu quero entrar no tocante a eventos em geral e sobre eventos religiosos. Eu queria aqui contar com vocês, passar para cada um que está na Mesa sobre emendas Parlamentares, que eu sofri na pela com emendas Parlamentares. Realmente eu fui o rei da emenda, que eu sabia, vinha aqui buscar, pedia, nunca ofereci dinheiro a Deputado, nunca ofereci nada, eu vinha aqui mesmo, eu sou empreendedor, eu sempre busquei e vim, não tenho vergonha, e pelo volume, pelo volume chamou atenção. Eu fiz um evento chamado: Expor Show Rodeio; Luan Santana. Jadson e Jades, Eduardo Costa, Patati Patatá; vários eventos na qual tinha 04 dias de portão aberto. Teve uma recomendação do Ministério Público que não era para... E recomendação aqui gente, é lei. Perdoe-me, doutor, tem que começar rever, porque recomendação tem que ver se tem algo que está ferindo. Mas, você trazer, resgatar, tinha aqui a Expovel, você trazer um evento para gerar emprego, gerar renda e vir fazer uma recomendação que não era cultura, que eventos sertanejo não era cultura. Eu fui para ganhar dinheiro, enfim, sai, perdi, até hoje tem cobrador na minha porta porque foi muita perversidade. E para complementar, aí eu disse: agora vou fazer eventos religiosos, já que me converti, agora só vou fazer. fez um evento chamado: Corredor de Jesus, no Parque de Exposição no período carnavalesco. Aí veio, começou dizendo que era o problema das enchentes e foi, e isso eu sofri, disseram que não poderia ter eventos religiosos porque não eram eventos culturais. Mas, nós temos aqui uma lei, uma lei que eu quero ler aqui, que ele é federal, é uma lei federal pela Dilma, que é a lei que está aí, nº 8.313 que: 'para os seus efeitos, a lei reconhecida como manifestações cultural, música gospel e eventos relacionados, exceto se for nas igrejas'. Concordo, chegou o Deputado Luiz Cláudio também aqui, tem uma lei que eventos gospel são eventos culturais. Eu não sou contra nenhum movimento cultural, até porque eu já fui do carnaval e atrás mesmo, já fui, já tive, já busquei algumas emendas e já fiz mesmo, já fiz eventos e isso me causa estranheza porque Festa do Divino, é um evento religioso; Flor do Maracujá, é um evento que tem uma tradição muito grande, existe; eventos e arraial, existem, por quê? Ó, a Marcha para Jesus, que o Pastor ali, Presidente da Marcha está ali, o Pastor Daniel, foi arrecadado oito mil quilos de alimentos, 50 mil pessoas, gente ali vendendo o seu produto,

entendeu, fazendo; agora, tudo bem, tem que ter participado um processo legal. Está vindo agora um evento, 'agroshow' aqui em Rondônia, é louvável, eu acho justo, eu acho plausível ter esse evento. Mas, tem que ser, espero que ele já não nasça morto, que comece as autoridades a coibir, proibi porque vai ter emenda parlamentar e o que tiver emendar parlamentar eu vou participar agora, vou, porque o seguinte: eu sou empreendedor, qual o problema? Não sou nenhum leproso, sempre trabalhei, sempre me capacitei, porque o homem erra, mas no dia que ele decide: a partir de hoje sou um novo homem, ele é. E assim está sendo comigo e com muito de vocês. Então, o que eu quero deixar aqui a minha mensagem, é que eu acho que essa Audiência, ela se torna prejudicada porque o Tribunal de Contas, que eu estive lá, o Dr. Wilber não está aqui; porque ele deveria está aqui, ele ou mandar algum representante, porque o Tribunal de Contas hoje é tirador de pedido, nenhuma associação, nenhuma, eu provo, quero ver uma aqui falar que foi homologada a prestação de contas, todas, todas, eles botam para tomada de contas. Não é isso Fernando? Todas, virou tirador de pedido. Eu falei para ele: Dr. Wilber, o senhor foi Deputado, você dava emendas para as prefeituras, se acontecesse isso com você? Ele deu, prefeitura de São Miguel, todas as emendas do Dr. Wilber eram para prefeitura de São Miguel. Será se fosse reprovado ele estaria gostando hoje? Então, meu irmão, quer dizer, mudou? Cadê a justiça? Cadê, ele tem que colocar isso no coração, chama o governo, chama os órgãos, chama a SECEL; vem cá, olha, esse procedimento está errado. Agora, só fazer relatório e mandar para o MP, para o MP em cima disso colocar nego numa cadeia só para ser ouvido, isso para mim é o seguinte, nem na ditadura. Mas, é vergonhoso, eu gostaria que o Dr. Wilber estivesse aqui, porque o seguinte, ali é um órgão sério, ele tem que fazer o trabalho dele. Agora, fazer, nenhuma associação, eu quero que me diga, nenhuma associação do Estado, nenhuma foi aprovada, todas estão em tomada de conta. Isso é vergonhoso, porque ele tem que chegar, chamar o Estado e chamar todas as entidades, ver onde está errado, eu falei para ele: eu desafio o seu corpo técnico aqui, eu desafio que todos eles estão errados, falei foi lá dentro da cadeira dele: rapaz, você já foi deputado, você está aqui porque o meu irmão votou em você, faça justiça rapaz. Para que tanto rancor no coração? Digo não meu irmão, eu gosto de você, mas eu quero muito que você reveja o que vocês estão fazendo aqui, o seu corpo técnico está atrapalhando o governo do Estado. Me desculpe o governador Confúcio Moura acho que ele deveria mandar alguém lá no Tribunal de Contas, para conversar, resolver, ver onde é está, por que, meu irmão, virou saco de pancada a SECEL do Tribunal de Contas, é vergonhoso! E a PGE era para estar aqui, a PGE não está aqui, porque tem coisa aqui deputado, que é pertinente a PGE, por exemplo, eu estou defendendo eventos evangélicos porque eu busco, faço a obra de Deus toda terça, quinta-feira vou para o Presídio, dou cesta básica, vou atrás, eu quero, não quero ganhar dinheiro não, se sobrar é porque quem planta colhe, eu faço com um quilo de alimento. Agora não vou aceitar ser discriminado, não vou aceitar. Eu acho que todos os movimentos culturais são louváveis, todos os movimentos! Todos! Cada um busque o seu, é do Boi-bumbá busque o Boi-bumbá, quem é do, todos os movimentos. Mas eu queria doutor, que eu acho que mudou e a gente já vê que é visível essa mudança no Ministério Público, eu acho que tem que ter razoabilidade, aplicar

a lei, mas pegar a lei para proibir e coibir, eu acho desnecessário. Isso não leva a nada e não constrói. Por que o que constrói meu irmão é quando você busca direito, se está na Constituição. Hoje em Brasília já estão liberando emendas parlamentares para eventos, todo deputado de Rondônia tem medo de colocar emendas para evento, que tudo tem medo, parece que nós somos bandidos, tudo leproso. Todos têm medo, porque se criou um estado de medo tanto o município, tanto o estado ninguém, quando fala que é emenda, nego treme. Eu acho que a gente tem que quebrar a partir dessa Audiência Pública, quebrar com isso. Eu quero finalizar aqui, eu tenho certeza que daqui a gente vai buscar um documento e vamos lutar para que tenha, vamos contemplar todos os seguimentos. Tem coisas que o meu amigo aqui Oscar me deu, tem empresas do município de Candeias que não pode fazer evento aqui em Porto Velho, que Brasil? Quer dizer o cara lá de fora ganha aqui uma concorrência pública, num pregão eletrônico, mas a empresa de outra cidade não pode vir aqui fazer um evento? Por que o município tem uma legislação que não aceita, agora uma empresa de fora vai para o pregão e ganha e participa, leva o nosso dinheiro daqui. Então na verdade era isso, são minhas palavras, eu quero agradecer pela oportunidade, sou um lutador, sou um brigador, vou estar participando, só quero transparência em todos. Eu sei que ainda não estou o que eu gostaria de ser, mas em Cristo Jesus sou melhor do que o que eu era. Obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – A gente agradece ao Zezinho. Só para registrar foram o Tribunal de Contas, praticamente todos os Conselheiros nós enviamos o convite, da mesma forma para PGE também, a Procuradoria Geral do Estado foram convidados, endereçado tanto ao Procurador, como ao Subprocurador. Só para informar a vocês nós temos aqui inscritos até o momento em torno de 10 pessoas para utilizar a palavra e ainda temos ainda parte da Mesa ainda vão se pronunciar com toda certeza. Enfim, não é para inibir ninguém é só para a gente ajustar essa questão, por que é importante todos nós termos o espaço, depois inclusive abrir até para alguém da Mesa representando alguma entidade aqui for questionado e em determinada situação tenha a oportunidade de falar também. Nós concedemos a palavra agora ao jornalista Silvio Santos, que vai utilizar a nossa tribuna aqui o nosso convidado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra o jornalista Zé Catraca, o Silvio Santos, e registramos a presença do Excelentíssimo Vereador Lano, do município de Ariquemes.

O SR. SILVIO SANTOS - Boa tarde senhoras e Senhores, deputado Cleiton Roque, deputado Aécio em nome dos quais eu também felicito todos os da Mesa, e meu amigo Fernando Rocha, mas eu vou aproveitar o Silfarney para também felicitar a todos que estão aqui. Nós estamos eu já nem sei há quanto tempo na luta pela cultura no Estado de Rondônia, eu acho que desde quando a gente se entendeu como gente, a gente vem lutando pela cultura, a minha área é só cultura. Eu tenho uma página no Jornal Diário da Amazônia, hoje, diária, que só fala de cultura, mas eu já tratava em programas de rádio desde os dias de 1960, e até hoje senhores deputados, a gente,

o movimento cultural de todos os seguimentos continuamos com pires na mão. Até hoje o Estado de Rondônia, Porto Velho, principalmente não tem um local onde a gente diga, o Flor do Maracujá vai ser ali, o Carnaval vai ser ali. Isso faz com que as entidades, a Federação Folclórica, a Federação das Escolas de Samba e todas as demais entidades que trata de grandes eventos fiquem sem poder conseguir patrocínio. Por que a gente não tem como colocar na nossa programação o patrocínio da empresa tal porque ninguém sabe onde vai acontecer o evento. Então eu quero aqui usar, falei aqui com o nosso Presidente Fernando, já fui Presidente da Federação das Escolas de Samba de Porto Velho, assim como da Associação, criei escolas de samba como 'Os pobres do Caiari, Km1, junto com meu amigo Bahia, que será homenageado amanhã em plena Flor do Samba, e hoje pertence a Federação Folclórica do Presidente aqui meu amigo Fernando. E a gente vem fazendo a reivindicação, no encerramento do Flor do Maracujá desse ano, nós tomamos a iniciativa de solicitar e de sugerir ao Vice-Governador que estava lá presente e ao Superintendente Rodney, de que transformem o Parque dos Tanques e aqui eu vou pedir aos senhores deputados que interceda pela gente, que transforme o Parque dos Tanques no Espaço de Multieventos, porque aquele lá do aeroclube com a nossa experiência, jamais sairá e se sair é daqui a 50 anos, aí o Zé Catraca não existe mais, certo? Então enquanto se constrói, vamos dizer assim, o multieventos lá no aeroclube, que transforme o parque dos tanques nesse espaço de multieventos, ali se pode fazer o desfile das escolas de samba, o arraial Flor do Maracujá, a feira agropecuária que vai ter agora, não sei o nome, que o município vai realizar em setembro, então todos os grandes eventos podem ser realizados ali. Existe um sonho do governo estadual, é sonho de construir ali, eu acho que já até parou com isso, a cidade dos funcionários ou então fazer ali o complexo de segurança da SESDEC, isso não vai dar certo porque pelo que nós sabemos ali não se pode construir prédios porque tem o aeroporto bem pertinho, então não pode, então vamos fazer lá o espaço multieventos. Mas nós precisamos Deputado Cleiton, Deputado Aécio, da intervenção dos senhores desta Casa aqui para que o governador transforme aquilo, decrete, sei lá como se faz, uma lei saindo daqui solicitando aquele espaço e crie uma entidade para administrar aquele espaço para que sejam realizados ali os grandes eventos da nossa cidade Porto Velho. E outro detalhe, Porto Velho é a capital que poucas coisas são do município, nós não temos um estádio municipal, nós não temos um evento municipal a não ser o carnaval que nesta gestão não foi realizado nenhuma vez o desfile das escolas de samba, nenhuma vez, faz três anos que isso não existe. Nós temos aqui o Cabeleira, o pessoal do Asfaltão está todo mundo aí, e a gente luta por isso, a gente que faz os enredos, faz despesa e na hora H não tem desfile das escolas de samba, aqui qualquer chuva atrapalha o desfile das escolas de samba, o carnaval de rua, é porque enchente existe em todo canto e o carnaval continua tendo, aqui não, aqui é uma justificativa para não se ajudar, para não se apoiar um evento cultural. Eu vou para outro espaço, o patrimônio histórico e cultural material e imaterial que o nosso amigo Altomar falou aqui, o Português está ali, ele mora na Madeira-Mamoré lutando pela preservação daquilo ali e ninguém dá bola para isso. Recentemente tivemos um grande evento aqui de teatro de rua e os promotores que

foi o SESC, o meu amigo Chicão está aí um dos coordenadores foi pedir na prefeitura, na SEMDESTUR que iluminasse ali o que eles chamam de anfiteatro e o secretário disse 'não, nós não temos dinheiro para gastar ali, nós temos dinheiro para gastar em outros cantos', não tem dinheiro para preservar a Madeira-Mamoré, é assim que eles tratam a nossa cultura. O Zezinho Maria Fumaça que a gente chama hoje em dia o irmão Zezinho, o cara que deu a virada na vida, que está aí fazendo eventos religiosos, lutou para fazer um evento de dança espetacular e não conseguiu fazer no nosso teatro porque não tinha o alvará na época, por que quem emperrava? O município estava emperrando. Então essas coisas a gente não entende porque isso acontece, mas nós precisamos, e aqui nós viemos discutir a Lei 190, tem algum vereador aqui? O Secretário Municipal de Fazenda está aqui? Está aqui o PGM, está alguém a não ser a turma da Funcultural? Porque eles fazem cultura porque são do meio cultural, mas eles não decidem isso, ele não tem voz para dizer. Aqui o artista é proibido, Srs. Deputados, de receber cachê, eu faço um show e não posso receber cachê, a lei proíbe, eu nunca vi isso, a lei proíbe pagar o meu cachê, mas não proíbe eu contratar estrutura de arquibancada, de som, que ali é que está a mutreta, entendeu? Tem certos lances aqui que acontecem que não sei. O Zezinho foi feliz quando falou e citou e sentiu a falta do representante do Tribunal de Contas, os responsáveis por esse evento aqui convidaram, mas veio um aviso lá do Presidente do Tribunal, mas não tem outro Conselheiro? Não tem ninguém que represente o Tribunal de Contas? Porque lá é como o Zezinho falou, todo mundo é bandido, todo mundo que trabalha com cultura lá no Tribunal de Contas é bandido, é ladrão, a gente usa dinheiro público, segundo eles, para se locupletar, para gastar, ninguém vê o desfile de uma escola de samba, ninguém vê das quadrilhas de bois-bumbás na Flor do Maracujá, ali que está aplicado o dinheiro que a gente tira do bolso da gente para fazer a nossa festa, mas quando chega lá com a prestação de conta da mixaria que deram para a gente eles dizem que nós roubamos, nós desviamos, nós não estamos aqui para ouvir isso aqui não, certo. Aqui eu quero louvar em nome da federação folclórica o Ministério Público que interferiu junto ao governo do Estado e passou a administração, a coordenação do Flor do Maracujá para a Federação de Grupos Folclóricos no ano passado, isso para quem acompanha viu como o negócio melhorou para os grupos folclóricos e para a população. Não queremos dizer aqui que a turma que coordenou o Flor do Maracujá até então, a Professora Nazaré, a Bebel que está aí, até então foi sucesso, mas melhorou quando passou a ser administrado pelos artistas porque a gente é que sabe onde o sapato aperta. Então, senhores, a gente pede que seja olhado com carinho essa parte, essa parte que a gente está pedindo em nome das escolas de samba, em nome do folclore que aquele espaço Parque dos Tanques seja transformado num espaço multieventos, que olhe com carinho também. Olhe só o que está acontecendo. Um grande evento no Estado de Rondônia que está sendo prejudicado pela lei e principalmente pelas prestações de contas que é o Duelo na Fronteira que, talvez, este ano aconteça fora de época, em outubro vai ter desfile de boi-bumbá, é necessário que a gente olhe com mais carinho esses grandes eventos, a Festa do Divino Espírito Santo, o Duelo da Fronteira, o Flor do Maracujá, o carnaval de rua de Porto Velho que é um dos melhores do Brasil, é um dos melhores

do Brasil, os blocos, de trio elétrico, como das escolas de samba e a gente precisa que os senhores deputados interfiram nisso, diga, chama os vereadores, chama lá seja lá quem for, ou chame o prefeito, chama o pessoal e diga: 'olha, vocês precisam olhar com carinho esses eventos', não só em Porto Velho, mas de todo Estado de Rondônia. A gente precisa ver que a cultura, como disse muito bem o Deputado Cleiton Roque, cultura não é despesa, cultura é investimento. Muito obrigado e gostaria de parabenizar os senhores por essa audiência. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado. Bom, nós vamos conceder a palavra agora ao deputado Aécio da TV, fique à vontade Deputado. Está com a palavra.

O SR. AÉCIO DA TV – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente dessa Audiência, Deputado Cleiton Roque, cumprimentar todos os presentes; em nome do meu amigo Zezinho cumprimentar a todos que estão na galeria; cumprimentar a imprensa; os servidores da Casa.

Eu vou ser bem rápido e objetivo, porque quando se tem uma Audiência como essa o grande objetivo é ouvir não falar. Se a gente tivesse a solução não precisava ouvir, então, acho que o grande objetivo é ouvir todos envolvidos na Cultura. Fazer Cultura não é fácil, fazer Cultura é difícil. Na juventude tive uma grande experiência como ator amador, fazendo teatro e não é fácil em todos os aspectos, faz por amor. Mas eu queria falar um pouquinho, incomodou muito, porque eu passei dois anos na Câmara Municipal como Vereador, e só se falava nesta Lei 190. Eu não sei parece que esse troço, até o número da lei é uma coisa assim escolhida a dedo. É caso de Polícia esse troço da 190, porque, não é verdade? Até o número 190 parece que é caso de Polícia, porque eu nunca vi uma coisa que se cria para atrapalhar tanto como essa lei. Porque essa lei ela vem só para atrapalhar o que já era difícil de fazer, colocaram uma lei para atrapalhar, aliás, colocaram uma lei para não existir, o grande objetivo da Lei 190 é acabar com a Cultura. É porque as dificuldades, tudo, todo tipo de empecilho tem nessa lei. E nós moramos em um Estado, que talvez, seja o Estado mais rico em Cultura do Brasil. Por quê? Além da história tem os povos, nós temos gente de todos os cantos. Aqui é o único lugar que você pode que tem Boi-bumbá e tem os bumerangues tem tudo que você pode imaginar. Tem a Cultura nordestina, tem a Cultura de lá de Santa Catarina dos Alemães, dos Gaúchos, de tudo quanto é canto. Então, o Estado de Rondônia é o Estado, talvez, um dos mais ricos, porque Cultura. O que é Cultura? Cultura são as pessoas, povos, e a sua cultura que trazem para cá. Então nós vivemos em um Estado riquíssimo em Cultura e essa dificuldade toda. Você imagina as Festas Agropecuárias, que agora não pode ter Polícia mais lá dentro, Zezinho, não pode. Não pode ter Polícia. Tem que contratar agora o segurança particular. Gente como é que está em um lugar que tem lá 50.000 pessoas lá dentro, aí o poder público: não, não pode isso aí é particular, agora isso aí não pode ter Polícia aí dentro, porque tem alguém ganhando dinheiro com isso aí. Tem que contratar segurança particular. Gente é para dar segurança as pessoas, aos contribuintes, aos cidadãos que pagam impostos que estão lá dentro e precisam de segurança. Então são coisas que acontecem no nosso Estado que nos deixa muito triste. E às vezes você fala: e a solução? A solução é a mobilização, por isso a importância dessas audiências para discutir com quem

pode ajudar resolver o problema. Eu acho que a gente tem que continuar lutando para que esses entraves, essa... Já é difícil fazer cultura com incentivo, agora você imagina fazer cultura sem incentivo e com as leis proibindo fazer. Aí fica muito mais difícil. Quero mais uma vez agradecer a todos, e dizer que pode contar sempre com o meu apoio, quando se fala em cultura em todas as áreas da cultura. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem, Deputado Aécio. Neste momento nós concedemos a palavra a senhora Sueli Rodrigues, representante do SATED e da Associação Cultural Raízes do Porto.

A SRA. SUELI RODRIGUES – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, o Deputado Cleiton Roque, que em nome dele estendo a todos os representantes aqui presentes. E parabenizar a oportunidade da gente discutir esse assunto porque tantas vezes nós precisamos, mesmo, de uma oportunidade de colocar as nossas opiniões, os nossos pensamentos, os nossos questionamentos. E, também, prestar esclarecimentos não só a população, mas também as pessoas que estão à frente de todas as leis e toda a burocracia de todos os procedimentos que muitas vezes não é de entendimento do artista em si, nem da população. Eles querem ver o resultado, a população quer ver o resultado. O Artista quer estar mostrando o seu produto. E os entraves que acontecem, que aparecem, é que muitas vezes fazem com que a gente chegue até a desistir da nossa função de Artista. Quanto essa Lei 190, essa questão dos impostos pagos antecipadamente, a gente sempre está vendo o grande produtor e o pequeno produtor? E as associações culturais que estão iniciando, elas não têm, a maioria das associações, principalmente na área de Teatro e de Dança são pequenas, são sem fins lucrativos e que na maioria das vezes quando consegue alguma verba para montar os seus processos, os seus trabalhos, se ganhar algum prêmio e se ganhar algum prêmio nacional porque prêmio municipal e estadual não existem. Então isso aí prejudica bastante e já desanima de cara. Então o que é que o Artista vai fazer? Ele vai fazer um projeto para fazer um trabalho que não vai ter o que ele gostaria de colocar da qualidade, tanto da produção, quanto do seu conhecimento dentro da sua área, porque ele não vai ter como investir para isso. Aí as pessoas dizem: 'mas é maravilhoso o trabalho que é feito na rua'. É, é maravilhoso o da rua e é maravilhoso o do palco. É maravilhoso o que se faz para grandes eventos, grandes públicos e para pequenos públicos porque isso é uma questão de escolha, a gente não pode qualificar um determinado trabalho pela quantidade de público, isso aí é notório em todo o território nacional e em todo o globo terrestre. A gente teria que ver também, por exemplo, a questão dos alvarás. Quando a gente vai solicitar um alvará para trabalho, a primeira coisa que eles perguntam é quantas cadeiras tem no local, aí você diz quantas cadeiras são e aí eles dizem: "mas é uma temporada?". As temporadas acontecem nos finais de semana, então o cálculo que é feito ele é feito pela temporada. Um artista de teatro, de dança ou até um próprio músico que queira fazer uma temporada, ele vai fazer digamos finais de semana, uma temporada de sexta a domingo, então é contado para cada dia, como se fosse um novo alvará, e se junta todos os finais de semana o público

geral e aí dá um grande evento, e você acaba pagando como se fosse um grande evento e, é um público de duzentas pessoas. Então, isso aí eu acho que é um ponto fundamental que a gente tem que rever, porque a formação de plateia é uma coisa importantíssima, dentro da conjuntura aonde a gente vive aonde a gente precisa conquistar. A cultura, ela é feita de conquistas também, ela é feita de desafios, e o artista ele nasceu para enfrentar esses desafios, eu acho que a gente tem que rever muito essa questão também. A bitributação que muitas vezes você consegue uma pauta em um determinado espaço e esse espaço ele já paga o Corpo de Bombeiro, já paga as taxas de seus impostos e o grupo que for fazer ele vai ter que pagar de novo, ele paga pela utilização anual e o grupo tem que pagar por cada evento, cada grupo que for pago uma taxa a parte. Isso aí gente, é uma questão que a gente vive discutindo, discutindo e não chega a lugar nenhum porque eles nunca aceitam, isso aí é um levantamento que eu acho que tem que ser feito junto ao Ministério Público com a força dos Parlamentares para que a gente possa ter efetivamente uma contribuição para o município, uma contribuição para o Estado, porque ninguém se nega a pagar os impostos, mas que seja de relevância, que são coisas que a gente possa ver que vão ser investidas dentro do processo de trabalho que está sendo desenvolvido. É, outra coisa assim que a gente vê. Esses dias agora, eu me surpreendi porque foi negada uma lei de pagar a minha entrada para professores. Eu achei maravilhoso, eu não estou desmerecendo a classe do professor, mas quando se criou a lei de meia-entrada para estudante, essa lei era para estimular os estudantes a irem participar de cinema, de teatro, conhecerem efetivamente o movimento cultural. Quem paga a outra meia-entrada para o artista? O artista produz, ele investe ou do bolso ou com patrocínio seja como for, essa outra meia-entrada, quem paga? O estudante vai pagar meia-entrada, aí você já paga meia-entrada para o idoso, paga meia-entrada para o professor, paga meia-entrada para todo mundo e quem paga essa outra meia para o artista? Porque ele está produzindo. Ele é um profissional igual a qualquer outro. Quando um artista se apresenta, para receber na bilheteria, um quilo de alimento não perecível, supostamente ele tem que pague a sua produção daquele dia, daquele evento, caso contrário eu vou viver de todos recolherem um quilo de alimento não perecível, vou doar a uma instituição e quem vai pagar o meu artista? Quem vai pagar os profissionais, os técnicos, os artistas, a produção? A gente tem que ver esse lado profissional é aí também que entra a qualificação que a nossa professora citou aqui, a gente precisa investir também na qualificação profissional. Eu acredito que se minimizam muitos custos, principalmente para o Estado que está com um grande teatro agora, que sejam contratados profissionais capacitados, profissionais que tenham competência para executar suas funções, porque se ele não for qualificado para esse trabalho, o prejuízo é em dobro, você vai ter que recontratar outras pessoas, recontratar outros técnicos para se fazer todo esse processo de trabalho. Aí vem outro levantamento que a gente precisa demais. A gente precisa que se efetivem as políticas públicas, tanto municipais quanto estadual. Mas em qual sentido, porque se aplicou tanto, se discutiu tanto, se sentou tanto, se formou tanto, uma estrutura baseada na estrutura federal para se organizar a sociedade e criaram-se as consultas através dos Conselhos. Esses Conselhos já venceram a gestão. Ninguém

tomou providências para renovar a gestão, ninguém reuniu as classes artísticas dos diversos seguimentos para que a gente rediscutisse o que foi que avançou, o que foi que retrocedeu, no que a gente errou, no que a gente está acertando para que a gente evolua, porque quer queira, quer não, nós estamos em um Estado que está em construção. A gente está engatinhando enquanto muitos Estados já têm todos os seus processos de trabalho. Eu acredito que a gente tem que pensar muito nisso. Uma das formas que nós gostaríamos muito e que já foi discutido há muito tempo desde 2006 é a questão das Leis de Incentivo. Já estão aprovadas, já estão sancionadas, e a gente não vê a aplicação dessas leis. Grandes empresas que vem ao Estado que trabalham dentro do Estado, as empresas de telefonia elas querem investir, elas querem investir, mas elas também querem retorno, para fazer um investimento desse tipo, elas precisam da Lei de Incentivo, e essas Leis de Incentivo elas não estão sendo colocadas em prática e eu acho que é por aí que a gente pode trabalhar. Essas questões dos prêmios que a gente sempre coloca, é uma das políticas mais interessantes que já se criou a partir do Governo Federal, que se criaram prêmios para várias áreas e com isso democratiza-se é, o orçamento, o orçamento Federal, o orçamento Estadual, o orçamento Municipal, porque você deixa claro o investimento, deixa clara a concorrência, e deixa claro aonde vai ser investido esse dinheiro e as pessoas vão participar dessa concorrência de uma maneira mais democrática e que pode ser aplicada com certeza como está sendo aplicada em vários Estados e na própria Federação. Eu gostaria de levantar também, uma consideração em relação, a que esses Conselho, por favor, vamos pressionar, nós artistas também, que a gente às vezes se acomoda muito não é?! Pressionar para que isso aconteça, para que a gente possa os ver funcionando, porque esses Conselhos eles tem o poder de consultar, tem o poder de opinar, tem o poder de fazer com que as coisas andem, principalmente fiscalizar, fiscalizar como que estão andando essas coisas. Um pedido que eu faço também é ao Ministério Público, a gente sempre vê artistas mendigando, sabe a gente faz um projeto, a gente encaminha e todo mundo fala: "não, está parado no Ministério Público". Então, a cultura ela muitas e muitas vezes ela é relegado segundo ou terceiro plano porque são tantos processos e tão poucos funcionários trabalhando que vão dando-se prioridades as causas mais emergentes, mais urgentes e a cultura nunca está no plano urgente e a gente precisa disso, tanto é que se a gente tivesse um planejamento mais adequado a gente teria condições de ter todo o orçamento distribuído bem antecedência e evitaria tanto sufoco como passam os grandes eventos como a Flor do Maracujá, como os Desfiles de Escola de Samba, é sempre em cima da hora, é sempre na pressão, é sempre a caneta por último, a gente precisa amadurecer esse processo, a gente não tem condições, eu posso estar errada no que eu estou falando agora, mas nós temos condições hoje de fazer um Calendário Cultural do Estado? Eu acho que ainda não. Porque a gente não sabe se vai ter verba, não sabe se naquele período vai chover, a gente não tem um histórico, tem se procurado pesquisar, fazer todo um, eu sei disso porque eu conheci o processo de trabalho que a Superintendência que trabalha com cultura tem desenvolvido na pesquisa, na estruturação, mas torna-se difícil, porque a gente nunca sabe quando está sendo liberado essa verba, quando está sendo destinada. Eu acho que tem seu ser visto

com mais carinho tanto pelos nossos governantes, como pelos Deputados para que também possam dar o apoio necessário a esses projetos. A gente vê que a maioria das emendas parlamentares que surgem elas são direcionadas a “projeto a, projeto b, projeto c”, eu acho que pode ser feito também de uma forma mais democrática onde as pequenas Associações que desenvolvem projetos contínuos tenham também acesso a essas Emendas. Eu acho superimportante a gente ver como foi criado os pontos de cultura do Ministério da Cultura e que foi diluído para todo o Estado, a gente vê o crescimento que houve nas cidades do interior com esses pontos trabalhando, quer seja na área digital, quer seja na cultura, quer seja na cultura viva, quer seja com leitura e isso facilita muito o processo de conhecimento e da agenda que a gente possa ter de eventos e de projetos que estejam sendo desenvolvidos.

E finalmente para concluir aqui, eu gostaria de dizer que a gente precisa contribuir um pouco mais com esse conhecimento porque muitas vezes quem elabora as leis, muitas vezes quem está fazendo aprovação eu acredito que faz com boa vontade, mas a gente precisa ter uma consulta na base porque o artista é quem sabe o que ele precisa, o artista quem sabe onde o sapato dele aperta na hora que ele está trabalhando na sua execução, a produção é muito cara, quando você apresenta um projeto para uma determinada empresa ele fala: “nossa! É tudo isso”? Ai você apresenta é vinte mil reais, ele fala: “eu pensei que ia dar uns seiscentos, vocês não fazem o trabalho de vocês de graça não”? O artista ele não é visto como um profissional. Então, eu queria agradecer a minha participação, estou representando aqui nesta Audiência de hoje o Sindicato dos Artistas e Técnicos Espetáculos e Diversões do Estado de Rondônia e Associação Cultural Raízes do Porto que já possui, este ano vai fazer 23 anos de atuação em nosso Estado.

Parabenizar a vocês mais uma vez e agradecer a oportunidade. Obrigada.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado Sueli. Neste momento nós concedemos a palavra ao Pastor Daniel Brasil, Presidente do Conselho de Pastores.

O SR. DANIEL BRASIL – Boa tarde a todos, cumprimentar o Presidente, esse guerreiro que hoje está nesta Casa, o Aécio, homem muito sério que posso ver que está aqui pelo trabalho árduo e que Deus o honre poderosamente.

Um dia eu fiz uma visita numa escola de música, Jória, vou lhe citar muitas vezes, tomara que o rapaz aqui não peça para eu terminar, mas vou ser breve, porque se eu pudesse passar o dia escutando a sua sabedoria e o seu conhecimento na lei nós não teríamos a vergonha que nós passamos hoje no Estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho. A lei nos ampara como movimento, a lei nos ampara Presidente e autoridades, como movimento que podemos ir para rua, mas Rafael, você falou muito bem, as pessoas se acham dono até de uma Lei Federal 8.313 e o art. 31A que diz: “que a música Gospel também é um movimento cultural”. Pessoas estas que não estão aqui amados e dizem que são os mandatários da autorização das leis, ora, parece que Rondônia não tem lei. Parece que Rondônia não tem autoridade, só tem autoridade para barrar ou proibir alguns eventos de acontecerem na rua. A palavra é um Estado pobre. Um Estado tão rico e tão cheio

de conhecimento. Eu amo história de Estado, amo história de pessoas, li todo o livro da Estrada de Ferro que fala da Mad Maria, mas aquele outro verde antigo, que fala Ferrovia do Diabo, uma história riquíssima e você chega aos departamentos encontramos querida, artistas mendigando na cidade, aonde eu encontrei um grupo de pessoas que para tocar o seu violão tem que fazer a sua palheta com garrafa de refrigerante, isso é uma vergonha. Estão fazendo do nosso Estado, a nossa cidade sem cultura, e o que se ecoa no Brasil e fora do Brasil que Deus me deu a oportunidade de muito viajar é que o Estado de Rondônia é corrupto, o Estado de Rondônia é isso, o Estado de Rondônia é aquilo, sai ouro, sai diamante, sai isso, sai aquilo, mas nós não encontramos pessoas para falar que a nossa cultura é forte, homens guerreiros que vieram para cá trazendo ferro da Inglaterra, homens guerreiros que vieram para este Estado construir uma Estrada de Ferro, morreram muitos deles, mas não tem nenhum para contar história desse povo, um povo pobre de cultura, se eu estou exagerando me perdoe.

E aí Jória, nós nos encontramos com pessoas que nos barram nos lugares de autoridades ao ponto de as minhas certidões Presidente e autoridades chegarem a vencer porque os processos demoram exageradamente lá na SEMFAZ. Eventos que eu tive que mudar e pagar passagens caríssimas, porque eles simplesmente vêm com empáfia deles, levantam o peito ‘aqui, quem manda sou eu’. E eu sou obrigado até mesmo, isso é um escândalo para mim, ser o administrador, ser o responsável por barraqueiros que vendem cachorro quente. E, por acaso, o promotor de evento, com um evento público, grátis, eu estou falando de evento grátis, eu não estou falando de evento pago, eu estou falando de movimento público, estou falando de movimentos nas ruas, os quais, a Jória disse bem aqui, não cabe a Lei 190. Então, o que nós passamos na SEMFAZ é uma vergonha. O que nós passamos na SEMFAZ, é uma vergonha, Deputado Aécio. Ao ponto de nós perdermos o nosso almoço, com a minha família, por 15 dias, o Rafael sabe do que eu estou falando, para ficar ali, do lado de alguém, para me liberar um relatório e me fazer contratar 500 pessoas. Escuta, irmão, eles quiseram me fazer contratar 500 homens para cuidar de algo que o governo federal, o governo do Estado já paga, que é o policiamento, que é o Corpo de Bombeiros. Eles já são pagos para isso. Eu não tenho que pagar nada, porque nós estamos falando de um movimento, e falo da minha classe, nós estamos falando de um movimento, movimento esse que não se encaixa na Lei 190. Porém, todos os anos, fazendo a Marcha para Jesus, todos os anos somos achincalhados, somos feridos porque não nos deixam fazer o movimento cultural. Que hoje, senhores e senhoras, a música é capaz, hoje, de prender a atenção. Eu sou profissional de áudio, eu sou músico, a música tem o poder, e na cultura nós podemos salvar, nós podemos restaurar muitas pessoas. Mas tanto o governo, quanto a SEMFAZ, hoje, é o maior empecilho que nós encontramos. Hoje, quando se fala assim, ‘vai fazer um evento gospel? Que Deus te abençoe’, ou seja, lá qual gesto da religião ele quer fazer. Hoje nós somos chamados de corajosos. Hoje eu poderia dizer que nós somos guibor, guerreiros, que somos valentes, pois se necessário for, vamos para a rua. Se necessário for acionar o Ministério Público, vamos acionar. Jória, se eu pudesse escutar você o dia todo, o país é pobre de pessoas

como você. O país é pobre de pessoas com conhecimento, e temos que passar dias, semanas, com certidões vencendo, porque a SEMFAZ simplesmente libera a hora que ela quer. Ao ponto de chegar num lugar, encerrando Presidente, 'não é assim, meu filho, que se fazem as coisas. Tem um tempo hábil'. Tem um tempo hábil e sempre nós entramos com tempo hábil, mas eles não respeitam, ninguém cobra eles. Presidente e autoridades, ninguém vai para a rua fazer loucura. Nós entramos em contato com o Corpo de Bombeiros, sempre fizemos isso, sempre colocamos ambulância. Em 18 anos de Marcha para Jesus, não tivemos uma ocorrência, nenhuma, mas sempre padecemos, sofremos, porque essa classe de pessoas não nos permite fazer cultura, através da música. Me perdoem por algumas palavras. Obrigado. Deputado Aécio, um beijo e parabéns pelo lugar que Vossa Excelência está. Obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado, Pastor Daniel Brasil. Concedemos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, nosso companheiro de luta.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nossos nobres companheiros Deputados Aécio da TV, Cleiton Roque; Só Na Bença, que a pouco nos acompanhava. Primeiramente eu gostaria de parabenizar a iniciativa desta Audiência. Gostaria de cumprimentar nosso amigo Promotor, em nome do qual eu cumprimento todas as demais autoridades. Cumprimentar meu amigo pessoal, o nosso Secretário de Cultura Rodney, enfim, cumprimentar todos da Mesa; cumprimentar o Vereador Lano, que representa os demais Vereadores da região de Ariquemes; Dr. Doca; enfim, cumprimentar todos da cultura. Eu, Deputado Cleiton, eu vim do meio, eu participei, por muitos anos, de teatro. O meu avô era proprietário da Companhia Redano de Teatro. A minha mãe foi criada também no circo, no teatro, toda a minha família sempre trabalhou, está aqui nosso amigo Leonor que acompanhou um pouquinho da nossa trajetória. E eu sempre, principalmente nos primeiros mandatos de Vereador, eu destinava a maior parte das minhas emendas para a Cultura. E está aqui o Leonor, foi Controlador conosco e tinha uma facilidade imensa nas liberações, no trato e nós vimos que a situação não é a mesma. E, infelizmente, os bons pagam pelos maus. Não podemos também deixar de salientar que não é o caso das pessoas que estão querendo fazer a cultura de verdade, mas picaretas que se envolvem no nosso meio, que vêm fazer alguns eventos que não são eventos, são maneiras de desviar dinheiro público. Só que a medida, às vezes, é tão ríspida, tão dura que atinge os bons, aliás, atinge principalmente os bons. Mas existem 'n' maneiras, diversas maneiras de ajudar quem faz cultura. Quem faz cultura, faz por amor. Lógico que precisa da sobrevivência, mas é raro você encontrar um artista que está com aquele pensamento 'vou fazer uma peça teatral para ganhar dinheiro'. Ele vai fazer seu artesanato, a sua peça porque quer mostrar cultura, porque ele ama aquilo, é a vida. O que nós precisamos fazer não é entregar dinheiro para as entidades. Nós precisamos ajudar elas a desenvolver a cultura. E a culpa, senhores, a Justiça, muitas vezes, está fazendo a parte dela. Sabe de quem é a culpa? É nossa, dos políticos. Eu vou dar um exemplo muito simples, foram destinados seis milhões para o Hospital de Cacoal, concordo, precisa, é urgência, qual secretaria que foi

tirado seis milhões? Estou certo Rodney? Da cultura e do esporte, então, nós também temos que aceitar essa culpa Deputados, e eu vejo aqui, não é porque estão aqui na audiência, eles são os Deputados que sempre defenderam a cultura o Deputado Cleiton Roque, Deputado Aécio. Nós temos que fazer justiça é agora no orçamento, colocar um orçamento decente, não adianta eu brigar com o Rodney, que às vezes somos um pouco atrevidos na cobrança se não tem o orçamento, se não tem recursos. Então, nós precisamos na votação do orçamento colocar emendas de preferência em conjunto, não precisa esse ou aquele Deputado. Informar aos senhores, nós estamos, está em fase de estudo junto com a minha assessoria, está aqui até o doutor Doca, que é um dos responsáveis por esses estudos, agradeço o Rodney também pelas dicas, de um Projeto de Lei Estadual de incentivo a cultura. Nós sabemos que não é de iniciativa do legislativo, então, apresentaremos um anteprojeto, porque é muito ruim. Eu ouvi atentamente o nosso amigo Zezinho, a questão das emendas que realmente tem um acesso, faz um trabalho brilhante, mas têm muitas pessoas que não tem acesso, nós precisamos Rodney, ajudar também aquelas pessoas que não tem acesso, tem dificuldade, mas tem muita vontade de fazer cultura. E Zezinho, essa lei, uma Lei de incentivo, lógico que o Estado não vai aceitar um tributo que vai ferir muito os cofres públicos, mas uma pequena porcentagem de um tributo estadual, eu tenho certeza aquele grupo teatral, aquela entidade, aquele grupo de artesanato tem condições de buscar no setor privado, vários empresários que querem ajudar, mas hoje nessa recessão é difícil o empresário tirar dez mil reais do bolso e não reaver esse dinheiro. Agora na medida do possível uma grande empresa, um frigorífico, uma grande rede de supermercado, vou patrocinar dez mil, vou patrocinar cinquenta mil para o boi-bumbá de Porto Velho, e esses cinquenta mil for abatido no imposto estadual, parte desse imposto for abatido, ele patrocina com maior prazer, por que ganha no seu marketing, ganha na publicidade na propaganda e ganha a cultura, principalmente porque todos vão ter acesso, quem andar mais, pedir mais, tiver as melhores propostas, as propostas mais palpáveis, terem a sensibilidade, vai conseguir recurso. Então, Rodney, eu peço ajuda, nós vamos apresentar aqui nessa Casa de Leis, esse anteprojeto e gostaria também de encaminhar esse anteprojeto para promotoria, se tiver que fazer alguma adequação que é importante fazer tudo dentro da legalidade para não termos problemas futuros. Outra indicação senhor secretário, depende de nós, depende de orçamento, é incentivar a cultura de base. Eu me apaixonei pelo teatro quando era criança cinco anos, seis anos. Então, seria de grande valia, e não é um investimento tão alto senhores, um festival de teatro estudantil, todos os municípios, depois faz uma etapa estadual, um festival de monólogos, isso vai incentivar, está aqui o promotor, eu sou leigo na questão das leis, eu acho possível uma premiação para as escolas, de repente uma premiação, não precisa ser em dinheiro para a escola, algum equipamento, de repente os próprios artistas, uma bicicleta ou alguma coisa nesse sentido, incentivar a cultura porque é como uma semente, a gente tem que plantar e tem que molhar e ficar cuidando, porque hoje o nosso Estado, ele é pobre em cultura. Em Ariquemes, nós desde 2011, tivemos uma recomendação para não colocarmos mais emendas, então continuou o trabalho sem emenda, mas com muita dificuldade, nós que estamos sempre lá comprando as

rifas, pizza e feijoada para poder manter a arte. Então, isso nós estamos sendo injusto, não estou dizendo aqui quem foi injusto remanejar seis milhões para a saúde, para o hospital de Cacoal, mas eu afirmo que foi injusto retirar dos poucos recursos que tem a SECEL. Obrigado pela participação, eu até peço desculpas ter uma agenda puxada, eu até cancelei a agenda a parte da tarde, parte dela para poder está aqui, para poder ouvir, conhecer vocês, tem muitas pessoas aqui, acho que a Sueli, de Ji-Paraná, não lembro, algumas pessoas que eu conheço pelos jornais, leio as colunas. Mas eu vejo a dificuldade que vocês têm aqui em Porto Velho, é maior ainda que nos outros municípios. Então, estou aqui para poder ajudar e contribuir, principalmente com o Deputado Cleiton Roque, e Deputado Aécio da TV que puxam essa bandeira. Obrigado senhor Presidente, obrigado senhores Deputados, obrigado pela oportunidade de está aqui aprendendo com vocês.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem Deputado Alex Redano, parabenizá-lo pela sensibilidade, realmente é um dos deputados mais promissor desta Casa, faz parte aí da nova geração, com certeza já foi de vários mandatos de vereador e está aí sobre o primeiro mandato de Deputado Estadual. Parabéns mesmo, estamos juntos.

Nós concedemos a palavra agora ao Senhor Tiago Cahula, ele é Presidente da Sociedade Cultural Galo da Meia Noite.

O SR. TIAGO CAHULA – Brevemente boa tarde a toda Mesa, o Deputado Cleiton Roque, a todos os presentes, vice-presidente da Funcultural, Secretário da Sejucel, a toda plateia, a todas as entidades. O meu discurso é bem rápido, eu não poderia, pela minha criação que eu tive, filho, neto e bisneto de rondonienses, meu bisavô, ele veio para construir a Estrada de Ferro, minha bisavó veio para cozinhar para os construtores, a minha vó é moradora da Vila Erse, no bairro Caiari, um dos primeiros vilarejos aqui e sou neto do seu Dodô do Caiari, são pessoas que amam esse Estado. E se hoje, o Estado da nossa cultura está nesse ponto, é porque não houve carinho e amor, principalmente sensibilidade. Então, eu não poderia deixar de estar aqui para falar isso, mas não somente isso. A gente tem que sair daqui com um produto efetivo ou uma agenda, uma pauta para que a gente possa dar prosseguimento, porque só assim a gente vai mudar essa realidade. Eu sou Presidente hoje do Galo da Meia Noite, um bloco herdado da família, entendo pouco, pouquíssimo de cultura popular e a cultura popular, ela tem duas esferas: a tradição e a transformação. A tradição da nossa cidade, a nossa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, os nossos Blocos, a Banda do Vai Quem Quer, o Galo da Meia Noite, são blocos, os maiores da região norte hoje, e que nós não damos valor a isso, isso é um patrimônio material. Hoje, nós recebemos ligação de um Senador do Estado do Acre, chamado Petecão: 'Olha, traz esse movimento cultural aqui para o Acre que nós somos organizados para gerir isso, conte a história do Acre através do movimento cultural de vocês'. Nós já recebemos essa proposta e recebemos hoje ainda. Mas, nós não desistimos da nossa cidade, do nosso Estado, nós temos um patrimônio folclórico que não damos valor, o nosso Arraial Flor do Maracujá tem uma boa estrutura, mas que poderia ser muito mais grandiosa. Uma vez contratamos uma consultoria em marketing e levantamos dados, ele: 'olha, os movimentos culturais folclóricos, carnavais poucos, eles movimentam em média de oitocentos a um milhão de reais no lado informal'.

Para gente que está aqui, que temos salários fixos, os nossos empregos é ótimos, nós temos um conforto. Mas, para aquelas senhoras que vender o seu artesanato, aquele senhor que vende o seu espetinho, aquele pai de família que sustenta o filho, que cria o filho, que forma o filho com o seu cachorro-quente é muita coisa. Então, a partir do momento que não tem esses movimentos culturais, eu deixo de fomentar essa economia no nosso Estado, certo? Então, tem que haver sensibilidade com o nosso imaterial. Nós não queremos dinheiro, nós queremos estrutura, é muito difícil se criar um registro de preço para se ceder um palco para uma entidade cultural fazer uma festa gratuita, nós fazemos festas gratuitas há 15 anos no bairro do Caiari, nós nunca recebemos do Estado de Rondônia um palco; está aqui o palco para vocês para colocarem a banda para cantar as músicas de Rondônia, de Porto Velho, nós não conseguimos isso, é impossível se criar um registro de preço. Peguem a base legal da Lei Rouanet, uma lei federal. Hoje, nós temos pessoas na coca-cola, indústrias multinacionais que: olha, a gente amortiza o dinheiro. Pega a base legal da Lei Rouanet, faz um Fundo Estadual de Cultura, cria lei, manda para gente, amortiza esse imposto que a gente está preparada para isso. Então, existe essa base legal já no âmbito federal, traga para o Estado que a gente vai ter toda resolução dos nossos problemas. Não vão tirar dinheiro da saúde, da educação nunca, a gente vai ter um dinheiro diretamente direcionado e legalmente legalizado por todos os Poderes. Tradição e transformação, hoje eu não tenho, hoje nós temos uma gerência dentro da Secretária de Assuntos Estratégicos – SAE, chamada 3º setor, que é uma que rege os cadastros, levantamentos, eu não sei o alinhamento dessa Secretaria com a SECEL hoje, SEJUCEL, nós não temos simpósios, encontros, nós não temos fomento a essa transformação. O que de fato é efetivo para nossa cultura do nosso Estado? Eu não posso deixar que entidades que durante anos utilizaram a SECEL como desova de emendas, porque a SECEL serviu para isso durante anos, isso não pode, essas entidades não podem hoje refletir numa capacitação de recurso por parte de outras entidades, isso jamais. A Lei 190, ela realmente foi criada para você Zezinho, o prefeito que não gostava de você criou uma lei para você e essa lei respinga em mim e em todos os 30 blocos de Porto Velho, exatamente por isso e isso não pode acontecer, isso é falta de profissionalismo, isso é falta de conhecimento técnico jurídico e nós como Estado novo, promissor, Rondônia cresce a índice de chineses, nós não podemos permitir isso. Eu falo como uma entidade cultural me desculpe o tom de voz, me desculpe as palavras, mas eu acredito que nós temos que sair com esses produtos daqui, todos nós temos ideias, todos nós entidades sérias amamos esse Estado e essa cidade. E nós pedimos senhores, gestores, executivos e legislativos, a Assembleia, Câmara, Estado de Rondônia, tenham sensibilidade com as verdadeiras entidades culturais e movimentos populares desse Estado. É isso.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem Tiago Cahula. Nesse momento concedemos a palavra ao senhor Manoel João Madeira, ele é acadêmico da UNIR.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Boa tarde a todos. Bem, a minha presença aqui, ouvir um bocado de, eu pensei que era

para discutir políticas públicas e não ficarem só falando da Lei 190 e umas coisitas mais. No entanto, eu estou aqui se falar do patrimônio, da Madeira-Mamoré, faz parte dessa Audiência eu continuarei. Pelo que parece a Madeira-Mamoré está esquecida aqui nesta Audiência e desde que criaram aqui a Madeira-Mamoré está esquecida por todos há muito tempo, para isso eu vim aqui falar só da Madeira-Mamoré. Então a Madeira-Mamoré dispensa apresentações. Todos sabem como é que começou a Madeira-Mamoré, o Dr. Dimis Braga numa inspeção federal ele definiu em meia dúzia de palavras simplesmente dizendo: “a Madeira-Mamoré é a certidão de nascimento de Porto Velho”. Quando deu aquela destruição toda que estava lá na Praça Madeira-Mamoré tudo destruído, enlameado, enfim uma loucura. Então eu venho aqui por vários casos, faz anos que eu estou vendo tudo se acabar, todo mundo falando bonitinho, as instituições falando bonitinho, e por trás elas apunhalando as sentenças judiciais. Então começando pelo que já aconteceu desde anos atrás que eu estou no balanço, comecei por apresentar vários relatórios pedindo instaurações de inquéritos civis públicos, apresentei cinco inquéritos civis públicos no Ministério Público Federal: Candelária, Escavadeira Bucyrus, Caixas D'água, Centro de Documentação SECEL e Cemitério antigo em Santo Antônio.

Aí o que aconteceu com isso tudo? Desde 2012 foi o Processo IC Banana Peach em Santo Antônio. Até hoje só a maioria deles enrolação, protelação, engavetamento, eu vou dar aqui um exemplo de um inquérito civil da Candelária, em que agosto de 2013 o Ministério Público Federal pediu ao Ministério Público do Estado, através de ofício para fazer uma inspeção, vistoria no Cemitério da Candelária na obra que teve pela Candelária pelo Instituto do Patrimônio Histórico em 2008, demoraram meses, quando chegou dezembro o Conselho Nacional do Ministério Público esteve aqui em Porto Velho, eu cansado de ficar levando chá e de ficarem protelando perguntas e respostas, as instituições não respondendo sequer ao Ministério Público Federal quando questionava, eu apresentei um pedido de providência ao Conselho Nacional do Ministério Público em dezembro de 2013, a partir daí passaram-se os meses, aí veio à cheia, em novembro de 2014 constatei no Ministério Público do Estado que a vistoria pedida pelo Ministério Público Federal para o Cemitério da Candelária para averiguar a legalidade da obra feita pelo IPHAN estava na gaveta desde fevereiro de 2014, com tudo provado, que provava a improbidade administrativa de gestores que fizeram a obra, até hoje, não se sabe que fim levou, mas que eu saiba deve está na gaveta por aí. A escavadeira Bucyrus nem se fala, essa está lá no Mirante vai acabar morrendo lá no, ela e o resto, essa é uma questão impressionante que acontece em Rondônia que mais do que ela mostra a omissão e o descaso de todas as instituições responsáveis pelo patrimônio histórico. Essa Escavadeira desde 2013 que a gente está brigando lá já teve força tarefa em setembro de 2013, o 5º BEC apresentou uma proposta de vinte mil para tirar, depois não tiraram, depois meteu a eleição, a Procuradoria do Ministério Público Federal foi posta a disposição do TRE, 2014 morreu, e a escavadeira lá, o Ministério Público do Estado até outubro de 2014 estava fechado, dependia do 5º BEC para tirar a escavadeira, depois de uma nova reunião o 5º BEC retirou a proposta de retirar as peças da escavadeira de lá, até hoje a escavadeira está lá e agora está em Ação Civil Pública na Justiça Federal, deve-se

dizer que a escavadeira Bucyrus veio para cá em 1908, ela pesava 60 toneladas, está abandonada lá faz é tempo, e sabe o que mais? Custava vinte mil para tirar ela de lá, sabe o que aconteceu depois? A CATERPILLAR Americana estava se prontificando, está na documentação do Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal e no IPHAM que ela ia revitalizar a escavadeira Bucyrus, ela ia ficar inteira porque as peças estão todas lá no barranco, no entanto, aonde é que estão os interesses de Rondônia para arrumar isso? Cadê as instituições que falam bonito pela frente e por trás dão a facada. Cemitério, antigo Santo Antônio, este, este é demais, desde 2012, inclusive, arrumei encrenca na UNIR porque não gostaram que eu atacasse o IPHAM, aconteceu o seguinte: abriram um inquérito civil público, rolou para cá, rolou para lá, deu 2013, 2014. Ah! Vamos fazer ação? Está pendente desde outubro do ano passado, a UNIR fez um Projeto para fazer prospecção arqueológica, tudo isso a despesa seria treze mil e quinhentos reais para trazer doutor, assistente e uma equipe e mais a máquina de Georadar da UNB Brasília, ninguém apareceu, nem o IPHAM, nem o Estado, nem a União, nem o raio que o parta para pagar os treze mil e quinhentos para fazer a prospecção, em contrapartida à ação civil pública não sai. Ontem eu estive lá, sabe o que é que vão fazer lá? Já está a marcação lá no meio do cemitério antigo para colocar uma torre do linhão. E aí? Uma torre do linhão no meio do cemitério que nem a causa ainda não acabou, como é que fica isso? Sem a documentação do Estado, quando chegou em outubro de 2013 o Ministério Público Federal declinou atribuição dizendo que não era da União, jogou para o Ministério Público do Estado, que até hoje não fez absolutamente nada, tudo parado, é brincadeira. Mas eu já não tenho mais saco para aguentar isso, tanto é que eu já decidi, já está escrito no facebook que a partir do dia 15 de agosto, eu vou começar a denunciar lá em cima, para mim aqui Rondônia é mesma coisa que nada, riem pela frente, falam bonito e por trás enrolam a gente. A locomotiva já roubaram ela, falta só levar para casa, então é uma atrás da outra. As Caixas d'Água cartão postal de Porto Velho? Que cartão postal? Desde 2013 que está rolando no Ministério Público do Estado, sabe o que aconteceu? Em janeiro deste ano chamaram a Fundação Cultural para ter uma conversa, que conversa é essa que até agora não fizeram nada? Desde 2013. Candelária 2013, tudo provado, fizeram depois disso? Além de provar a denúncia de rolos no IPHAN lá na obra que não aconteceu nada, ainda teve invasões que passa na TV toda hora para saber sobre a Candelária, houve intervenção sem autorização do IPHAN, o desmatamento lá atrás do igarapé que mataram uma castanheira centenária, e por quê? Seis meses antes eu estava lá fazendo o diagnóstico da situação, fui ao Ministério Público do Estado, fiz um termo de declaração contando a história todinha e pedindo providências, seis meses depois em pleno domingo de páscoa, nove horas da manhã, alguém me liga ‘Seu Manoel, sinto muito, assassinaram a castanheira’. Logo na semana seguinte fui de novo ao Ministério Público do Estado, fiz outro termo de declaração, aconteceu o quê? Fizeram um monte de questões, blá, blá, blá, e continuam construindo lá. Então a coisa está toda abandonada há muito tempo. A cheia? Antes da cheia já estava tudo isso acontecendo, a destruição, já estava tudo jogado. Ação Civil Pública. Desses meus cinco inquéritos um virou ação civil pública, eu vou falar uma coisa, Candelária, isso vai ser importante, inclusive para os deputados,

que vai sobrar também para a Casa. Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado e Federal sobre o Inquérito Civil Candelária de todos os âmbitos que tinham para discutir, eles entraram para que, prestem atenção, vai fazer três meses, deste dia 19, vai fazer três meses que os Ministérios Públicos apresentaram uma ação civil pública à justiça federal para que a Santo Antônio Energia. Opa falei usina, fugiram todos, falou em usina sai todo mundo fugindo, para que a Santo Antônio Energia e o IPHAN providenciassem a terminar a condicionante, uma das condicionantes para concessão de licença da Santo Antônio Energia da construção da área da Candelária, revitalização, inclusive o tombamento do hospital da Candelária que na época esqueceram de tombá-lo, então vai fazer dia 19 três meses que não mexeram uma palha, nenhuma palha, nenhum despacho, três meses, está com o Dr. Nacif, três meses está parado lá sem um movimento. E mais, dia 15 de setembro é a data limite para renovação da licença de operação da Santo Antônio Energia, querem apostar o que vai acontecer? Simples, eu aposto, aposto que não vai acontecer nada, vão dar a licença de operação e o patrimônio histórico vai se ferrar para lá, continuar do mesmo jeito. No caso da Candelária a responsabilidade é do município, é da Fundação Cultural, eles nem sabem que tem uma ação civil pública trabalhando para isso e não terem feito nada por isso. Eu sei também que numa reunião no Ministério Público do Estado muito bonita, bonito, só bonito, e o prefeito Mauro Nazif ah, tal, vamos lá, ter que fazer e tal, só isso, mas não tem cobrança nenhuma, não tem um movimento sequer, a prefeitura era para estar cobrando as condicionantes que não foram feitas até hoje como é o trem de Porto Velho a Santo Antônio, é só enrolação, essas condicionantes foram impostas pelo IPHAN as usinas em 2007 para obtenção da licença de instalação, já teve licença de instalação, já teve licença de operação e agora vai ter a renovação quatro anos depois e nada de fazer condicionantes e eles dão licença. Bem, vamos voltar agora às ações para entrar no foco da coisa que é o interesse que as instituições têm, aqui eles falam bonito para o povo aí fora sabendo que o resto não vai aparecer, mas eu estou aqui para que apareça. Então o Estado de Rondônia tombou a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na Constituinte de 1989, isso aí hoje quando de lê a documentação da Procuradoria do Estado de Rondônia que em toda a certeza entrou com embargos, recursos para que não tenha feito nada, para que não tenha responsabilidade de nada, parece piada, eles transformaram a Constituinte de Rondônia 'ah, a gente pôs lá o tombamento só para lembrar, mas a gente não tem responsabilidade por ela'. Palhaçada é essa? Ou Estado de Rondônia tem sido um traidor da história de Rondônia, a Assembleia Legislativa também ajudou, também ajudou. Em 1992 o Collor para fazer uma lei famosa em 1992, ele citou que toda a Estrada de Ferro deveria passar para o Estado de Rondônia. Aonde é que está isso? Cadê? Por que é que não passou? A lei existe, ela está lá, mas ninguém a cumpriu. Depois, aí depois vieram às usinas, começou a confusão. E aí o que é que a Assembleia Legislativa faz? A pedido do governador para atender aos interesses das usinas, o que é que a Assembleia Legislativa, a Casa do Povo que fala em Palácio Madeira-Mamoré, ultimamente né? O que é que fazem para merecer esse nome de Madeira-Mamoré? Se eu não vejo a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, defender coisa nenhuma da Estrada de Ferro. Porque blá, blá, blá, conversa não resolve

nada. O que resolve é papel carimbado e execute coisa que eu não vi até hoje. Pelo contrário. Em 2007 as Usinas, como a Estrada de Ferro tinha sido tombada pelo Estado de Rondônia na Constituinte.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Senhor Manoel, conclua, por favor.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Olha! Eu tenho muita coisa ainda para falar e é tudo processo. Se vocês não querem ouvir porque eu estou falando da...

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Não, é só para a gente respeitar o tempo, senhor Manoel, nós temos mais quatro pessoas para falar e mais sete componentes da Mesa.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Eu não falei nem dez minutos ainda.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Dezesesseis minutos.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Ora, eu vou fazer um relatório depois e apresento para você. Eu paro e ninguém fica mais sabendo o que é que aconteceu aqui.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Não, o senhor pode concluir.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Em 2007, a Assembleia Legislativa para atender aos interesses das usinas teve que destombar, teve que destombar a Constituinte, que dizia que era tombada Madeira-Mamoré, para que as usinas pudessem fazer a intervenção no terreno. Essa lei ficou cinco anos escondidinha, guardadinha, só apareceu em 2012, em 2012 ela aparece em que estava destombada uma grande parte da Madeira-Mamoré. Bem. As ações civis públicas, hoje, que eu conheço tem a da cheia, do Doutor Dimis, tem a do desbarrancamento da Madeira-Mamoré, tem a que procede inquérito meu, a da escavadeira, tem a Candelária. A Candelária está parada há três meses. As outras três, apesar das instituições responsáveis pelo Patrimônio, inclusive o IPHAN, falarem bonito pela frente, por trás é um show. Aquilo lá em cima não é mais de Cultura e nem de Patrimônio, agora é picadeiro para procuradores e advogados intervirem para que não aconteça nada, o que o juiz decide vai o Estado de Rondônia, vai a União, vai a Prefeitura e embarga com tudo. Ou embargos de, é tanto nome, é custos disso, é custo daquilo, apelação, embargos. O IPHAN, por exemplo, do desbarrancamento entrou com um agravo de instrumento. Olhe só, agravo de instrumento, agravo de instrumento de 40 páginas. Aí o juiz diz: Agora todo mundo vai ter que falar também. Aí todo mundo foi falar. O IPHAN foi lá de novo e colocou mais 30 de contestação, ou seja, todo mundo pela frente fala alguma coisa e por trás todas as ações estão travadas, a da Cheia do Madeira já passou de cem volumes, está com embargo da União, de todo mundo. O que acontece? A União diz que o problema é da Prefeitura, porque ela deu uma concessão de uso. O Estado diz que só tombou só para fazer lembrança que tem na história de Rondônia. A Prefeitura coitada, não tem nem para onde correr porque aquilo ali só sabe fazer show, pão e circo. Essa lei 190, ela não deve ser

tão boa assim não, porque se ela fosse tão boa assim não teriam feito shows milionários, enquanto a Madeira-Mamoré está na merda, um centavo, não tem nada. Bem, vou fechar a coisa agora, vou falar sobre as condicionantes. As condicionantes foram impostas pelo IPHAN, determinadas obras que as usinas deveriam fazer para que tivessem a obtenção da licença. Olha bem. A maioria da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é da União, o IPHAN É responsável pelo tombamento, oito quilômetros, o Estado de Rondônia tombou tudo, mas parece que segundo o Procurador só no papel, inclusive segundo o Procurador do Estado de Rondônia deve ser muito engraçado, porque lá no embargo pro juiz, quando ele fala em desmoroamento, sabe o que é que ele sugeriu? Plantarem bambu chinês para acabar com o desmoroamento em Porto Velho. Só pode ser piada, não é? Eu falei logo vamos trazer então os ursos panda para cá também porque aí ninguém vai precisar ir à China. Bambu Chinês, isso o Procurador falou, escreveu lá no papel. Então essas condicionantes são o seguinte: se querem e se acham que a Madeira-Mamoré vale alguma coisa. Se querem que o Patrimônio, se vocês dizem que o patrimônio histórico da Madeira-Mamoré é alguma coisa para vocês, falando bonito, então vocês tem que fazer alguma coisa para impedir que isso acabe em nada. Vocês tem que fazer com que as usinas cumpram com essas drogas dessas condicionantes que eles estão enrolando desde o início. O IPHAN faz de conta que cumpre, mas não cumpre, a União que era de interesse dela cumprir porque é um benefício o patrimônio dela. Por exemplo, Porto Velho a Santo Antônio uma parte é do Município e outra parte é da União. Não seria vantagem de eles pedirem 'olha tem que fazer porque isso aqui vai beneficiar nosso... Então, se não estão fazendo isso, qual é o problema? É estranho.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Seu Manoel, conclua, por favor.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Eu já conclui.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado. É ainda tem a senhora Mara Valverde para utilizar a palavra, o senhor Chico Santos, o senhor Paulo André, professor da UNIR, são os demais inscritos aqui na Mesa, ainda tem, os demais inscritos aqui no Plenário. Ainda tem o Coronel BM Rodrigues, o Superintendente Rodney Paes, o Dr. Carlos Dobbs, representando a Procuradoria Geral do Município, o senhor Adilson Donizete, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público, então nós concedemos a palavra agora, a senhora Mara Valverde.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) - Só para lembrar as senhoras e aos senhores, que o tema da Audiência Pública é: debater assuntos relativos a eventos culturais no Estado de Rondônia.

A SRA. MARA VALVERDE – Boa tarde a todas e todos, depois que ouvimos esses desabafos e algumas proposições ficamos até... Eu queria cumprimentar e parabenizar o Deputado Aécio, o Deputado Cleiton Roque, o Deputado... Desculpa a falha, é a idade, o Deputado Alex Redano, bacana a sua parceria, o seu depoimento, a sua solidariedade. Eu queria parabenizar

também a todos os artistas, como turismóloga, pelo dia 12, que foi o dia da arte, que vocês fazem e que a gente também com a nossa terra, não fala muito da nossa cultura, não falou muito, mas a arte está em todos os espaços, até aqui a gente está fazendo algumas coisas relacionadas a isso. E eu sempre falo e lembro que um povo sem cultura é um povo sem história, e eu acho que como cabocla, como beiradeira e como minha tia Doralira que trabalhou muitos anos na Estrada de Ferro e como os meus antepassados vieram também para cá, e meus filhos são daqui, a gente poderia dar mais valor e também ter audiências é importante, ter momentos como esses é importante, não com esses desabafos, mas com coisas mais importantes, eu queria até que a gente pudesse tocar o coração de ter propostas ou projetos ou prêmios, mostrando em nível de mundo, de Brasil, fazer a pouco tempo como a Versalle, um grupo de rock que a gente conhece, de algumas bandas aqui na nossa cidade, mas teve que a Globo mostrar para todo mundo, somos todos Versalle, e eles estão aí, que bom que eles são bons, as músicas são boas, 20 graus né, as músicas são bonitas, a galera é bonita, realmente nos orgulhou muito, mas tem muitos Versalle aí, tem muita gente bonita que pode mostrar a nossa cultura, a nossa história para o mundo todo e mostra e às vezes a gente não conhece quem é daqui não conhece. Então a gente quer que essa Audiência, Deputados, a gente consiga ter emendas no orçamento, ter um PPA para a cultura porque não, e para o turismo. Por que eu penso, e eu já participei de várias Audiências Públicas e estou aqui para isso também, para levar a minha bandeira do turismo, até as faculdades de Turismo, os cursos foram extirminados, isso é um absurdo num Estado desse que tem um potencial riquíssimo, que tem uma história riquíssima. Então a gente que conhece desde o Vale do Guaporé, aonde eu fui madrinha da festa do Divino, uma festa centenária, tradicional, desde aqui perto das nossas barrancas aqui no Amazonas, nós que somos de Porto Velho que estamos na divisa com o Acre, com o Amazonas, que temos um monte de tradições, que a gente não sabe, os nossos beiradeiros, os nossos parentes, os nossos ribeirinhos não conhecem a nossa cultura de Porto Velho. Então fazer com que o município, o Estado tenham nos seus PPAs um orçamento, que aí a gente não vai ver os nossos artistas, os nossos músicos, os nossos produtores culturais, com pires na mão se vendendo, vendendo a alma, que eu acho que eles não fazem isso, mas às vezes aparece, aparenta e eu fico na solidariedade da Sueli, que eu sei que o Chicão, quantas vezes não é Chicão, nós fomos para Brasília, fazer com que os Ministérios conhecessem Rondônia, a gente já fez tantas coisas que falta isso na nossa história, nos não temos esse registro, e eu acho que a Assembleia também tem um papel nesse registro, a gente às vezes não sabe, a gente às vezes fala e as pessoas não lembram mais e muitos sambistas como eu vi aqui, o Cabeleira que foi embora, que era de uma escola que eu até já fui também, Diplomata, que a minha família já foi não teve a paciência porque já tem setenta anos e demorou um pouco e talvez a história dele, como o Valdison que é da escola que tem uma responsabilidade social que eu faço parte dessa escola que é o Asfaltão, que tem uma história, que tem um trabalho com as crianças, desse resgate, da tradição, também já foram embora, então muitas pessoas do Boi que estavam aqui presente, não ficaram até esse horário, mas que a gente possa ter essa pauta. Eu quero já concluir, pautar para que a gente

tenha um PPA nesse ano ainda, para que 2016, os orçamentos como eu vi o Fernando, não é Fernando? Ano passado, na Flor do Maracujá lá na zona leste, esse ano aqui no Parque dos Tanques e a gente já propôs para que tivesse o Centro de Convenções, há muitos anos a gente já propôs isso, com o SEBRAE, com Audiência, um Estado desse, uma capital dessa que teve recursos e se os gestores não souberam administrar, paciência, mas os recursos vieram, e aí não cabe a gente aqui, tem os órgãos para monitorar, para dizer, e aí eu queria fazer uma análise, eu escrevi várias coisas aqui e até com o que a gente ouviu já estou satisfeita, mas eu queria fazer duas análises, o seguinte: uma cidade, uma capital que a gente ama, que outros países tiveram terremotos e sobreviveram e mostraram aí a condição de voltar, a continuar cidade né, nós tivemos aqui no Acre que é um povo guerreiro, nossos parentes, que tiveram também várias enchentes que nem a gente e estão sobrevivendo, está bonito o Acre, porque nós Porto Velho? Por que a gente? Será que a gente não está tão capacitado? Vamos nos capacitar então, eu acho que a gente pode a Assembleia pode até propor critérios para os gestores porque não dá, felizmente, não temos mais condições. E aí concluindo, eu queria lembrar uma coisa, uma frase da Frida, uma grande Autodidata Mexicana, Pintora, que sofreu muito por causa da sua doença que ela fala assim: “pés, porque os amaria se tenho asas para voar”. Então eu acho que a gente tem que alçar, voar, Rondônia precisa disso, eu acho que essa audiência por mais que muitos colegas produtores que eu vi aqui não vieram aqui e eu como turismóloga, como gosto da cultura popular como a gente já está nas nossas raízes e essa história da estrada de ferro é de muitas pessoas também, são muitas histórias, o Português está falando aqui, mas são muitas pessoas que já, os nossos antepassados que já lutaram. E aí para não ficar tão assim a gente sem propostas eu queria fazer um convite, que a gente também tem as alegrias também, a gente tem as tristezas, mas tem alegria; no dia 28 em parceria com a SECEL eu já agradeço aqui o Secretário, não é mais SECEL é Superintendência, esse nome diferente, mas forçou as lutas, no dia 28 na Casa da Cultura, a partir das 14 horas os artesãos, a gente vai ter um encontro dos artesãos que vai ter um Congresso em Outubro, em Natal e eles estão presentes, os artesãos e nós vamos discutir a Lei Valverde que é importante e que muitos não sabem e aí vocês vão ficar sabendo dessa questão do artesanato brasileiro, essa lei abrange o Brasil todo, é uma lei federal, o estatuto do artesão que é uma luta de muito tempo, de muitas léguas já é o 4º Estatuto que já foi rejeitado, nós vamos trabalhar e nós já fizemos uma Audiência Pública, o Deputado Cleiton Roque trabalhou sobre isso, esta Casa. Então, eu acredito que a partir desse momento os artesãos que fazem economia que também estão dentro da cultura que hoje estão na resistência os artesãos que estão aqui a Marlene, a Antônia e todas as que estão, a Hilca presente, também defendem com todas as garras essa cultura, esse trabalho tão bonito que vai para outros países, outros Estados o seu artesanato mostrando Rondônia, falando da gente.

Então, todos vocês estão convidados e eu aqui como turismóloga na resistência que os meus colegas nenhum estão aqui, só eu, ainda estou sempre avante acreditando que o nosso Estado, que a nossa BR-364 tem condições de ser duplicada e melhorada para poder ter mais pessoas vindo para conhecer essa capital que precisa ser amada, precisa ser respeitada e

precisa fazer com que a nossa autoestima fique mais alta, porque se a gente for falar que está baixa e se a gente for ficar triste, eu não sou uma pessoa de ficar triste eu sempre fui otimista, acredito, então acredito que a partir dessa Audiência Pública esse PPA, aí tem o gestor, tem as pessoas dos Poderes aqui para poder fazer valer para que o governador assine também e seja parceiro da cultura até porque ele é escritor, então, acredito por ser escritor, por conhecer, ser conhecedor pode ser também um grande parceiro da cultura. Então muito obrigada e avante guerreiros da cultura. Valeu.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Concedemos a palavra ao Sr. Chico Santos, Coordenador do Sistema Estadual de Cultura e Produtor O Imaginário, Chicão Santos.

O SR. CHICO SANTOS – Presidente, Sr. Cleiton Roque, Deputado, em seu nome gostaria de cumprimentar a todos da Mesa, e também em nome de todos os ativistas, articuladores da cultura Carlinhos Maracanã e toda a representação aqui. Eu queria só voltar um pouquinho a memória para a gente recuperar uma outra audiência que nós tivemos aqui em 2012, nós tivemos aqui na Assembleia uma Audiência Pública para discutir justamente a questão do Sistema Estadual de Cultura e naquela época nós fizemos aqui na Comissão de Educação e Cultura uma grande articulação pra gente aprovar o Sistema Estadual de Cultura e foi aprovado. Rondônia foi um dos primeiros Estados a implantar o sistema, e esse sistema vem sendo trabalhado desde aquela época, em 2013 a Assembleia Legislativa se reuniu no Estado e nós cochilamos no ponto, permitimos que uma alteração da Lei do Fundo Estadual tirasse o percentual do Fundo Estadual. Por que é que eu estou falando isso? Porque na nossa Audiência Pública nós pactuamos aqui com os Deputados e com todos os seguimentos Culturais do Estado de 0.5, inclusive era um desejo do Governador do Estado, é um desejo dele ainda que isso permanecesse, mas não sei por quais razões foi apresentando essa lei que é uma lei que alterou esse percentual, agora é “de até 0.5” e nós já estamos há três anos com esse Fundo e o Fundo não tem nada porque “é de até”, põe “até”.

Então, esse “até”. Então assim, eu acho que a gente tem que fazer uma revisão nessa lei porque é importante a gente ter uma linha de financiamento, criar os programas, eu acho que o Rodney vai depois falar aqui tranquilamente sobre essa questão de políticas públicas de Estado, que é uma coisa que a gente constrói ao longo do tempo não é do dia para noite, e a gente nesse aspecto da legislação dos marcos regulatórios, nós avançamos muito no Estado constituindo as nossas leis junto com o Sistema Nacional de Cultura, certo, e eu acho que a questão pendente hoje no Estado essa questão do recurso do Fundo, se nós tivéssemos lá os recursos de 0.5 que hoje representa quase treze milhões no nosso Fundo, nós estávamos criando os programas para valer, dentro do Estado. Programas de fomento, de circulação, programa de incentivo à pequenas iniciativas. Eu só estou na Superintendência, só estou coordenando o sistema porque eu acredito nisso, em políticas públicas de Estado. Eu não acredito em outra política, a não ser essa. Outra questão também, Deputado Cleiton Roque, eu, por princípio, sou contra emenda parlamentar, porque não é função do Parlamento ou do Parlamentar ficar fazendo atribuições que são do Executivo. Então ele perde o

poder de fiscalizar quando ele começa a ter essa função de Executivo. Então, eu, por princípio, sou contra, certo? Só que é o seguinte, lanço um desafio aqui também para os nobres Deputados, de a gente pegar parte dessas emendas e depositar nesse Fundo para que a Superintendência possa criar esses programas efetivos dentro do Estado, de fomento. Gente, só para vocês terem uma ideia, o município de Ji-Paraná começou recentemente fazer um trabalho de política de Estado. Hoje eles têm mais de quatro mil alunos em processo de formação. Isso altera Deputado, sabe por quê? É muito interessante a gente ver as notícias do nosso Estado, não é? Recentemente eu vi lá 'liberação de 14 milhões para conclusão do presídio, não sei da onde' e nós estamos construindo presídio, um atrás do outro. Só que investir no jovem, investir nas pessoas, o recurso é mínimo. Eu aqui não estou falando nem de eventos, porque eu acho que eventos é uma coisa que o vento passa e leva. A gente tem que construir políticas permanentes de Estado, onde possa desenvolver essas pessoas e que ela tenha também essa ocupação. Porque como dizia, e eu já ouvia meu pai dizer a muito tempo, 'mente desocupada é oficina do diabo'. Então, quer dizer, é uma coisa... Se a gente não fizer nada pelo jovem, se a gente não fizer nada pelas pessoas, a gente vai ter um futuro comprometido, não é? Eu queria aqui também dizer que eu comecei fazer teatro, em Rondônia, em 1978, lá em Cacoal. Enfrentei grandes barras lá, muitas dificuldades, e em 1995 eu vim para Porto Velho, porque eu fui perseguido por um Prefeito lá, chamado Orlandino Ragnini, aquela coisa, mas enfim, vim para cá e consegui fazer, desde que estou aqui, fazer uma discussão da cidade. Nós temos que discutir a cidade, nós temos que discutir esses espaços da cidade. A cidade tem que ser feita para a gente. Eu fiquei triste, recentemente, porque as Pedrinhas, aqui o bairro Pedrinhas teve uma onda gigantesca de assaltos a residências, assalto a tudo quanto é coisa e isso não tinha. Mas recentemente isso voltou a aparecer, porque a gente tem que fazer alguma coisa em que a gente discuta essa cidade, discuta esses espaços. Então eu acho que este momento da Assembleia Legislativa, esta Audiência Pública tem que seguir o mesmo princípio daquela Audiência que nós tivemos em 2012, que resultou em bons frutos para o Estado de Rondônia, como nós melhoramos a gestão, mesmo que ainda tenha alguns problemas, mas nós já melhoramos. A gente tem que separar também uma outra coisa. Uma coisa é a instituição séria que pega o recurso, seja através de emenda parlamentar, ou seja, de qualquer forma e que faz o serviço que ela se comprometeu em fazer e preste conta. Infelizmente jogam tudo dentro de um balaio e sacode e mete a mão ali e tira. Nós temos que tirar esse preconceito que existe em relação às entidades culturais. Eu tive duas audiências com o Ministro da Cultura, com o Juca e com o Gilberto Gil e fico feliz, por exemplo, do Brasil ter um Ministério da Cultura que tem um compromisso com a cultura brasileira e um compromisso de disseminar por este país. Em qualquer lugar que você chega neste país, tem recurso do Ministério da Cultura pelo pouco recurso que o Ministério da Cultura tem. Eu sou artista em Porto Velho e eu sou o cara mais premiado pelo Ministério da Cultura, recebendo dinheiro de prêmio. Eu sou um dos mais premiados, se não o mais premiado. Porque eu corro atrás e busco, só para vocês terem uma ideia, a herança que eu recebi da minha família e do meu pai eu investi num espaço aqui chamado Tapiri, que só em 2012 nós formamos mais de quatro mil jovens. Está lá o

espaço para vocês verem. E não quero nenhum recurso da Prefeitura, não quero nenhum recurso do Estado lá, porque é um compromisso meu de cidadania pelo desenvolvimento que eu tive e por uma outra coisa também, pelas ações que eu tenho. Eu tenho tantas ações, porque eu tenho uma saúde de ferro, estou com 52 anos, acho que eu vou viver 100 anos e tudo isso foi transformado em ações para mim. Então eu não preciso de tanto dinheiro para sobreviver, mas eu faço isso como uma cidadania, um exercício de cidadania. Fiquei até com receio de entrar aqui, sentar naquela cadeira ali e pegar o bicho que vocês pegaram de ser Deputado, esses negócios, porque é muito complicado... Então, eles picam a gente e eu não quero. Eu quero ser artista e a minha vida sempre foi assim. Então, eu queria assim, reforçar com vocês esse sentimento. Nós tivemos uma Audiência, agora nós estamos tendo outra e falar para o Deputado Alex Redano, conheço a sua luta, lá em Ariquemes e outra coisa, assumo o compromisso aqui, publicamente, de a gente fazer uma discussão, que aí eu acho que não está no âmbito da Assembleia Legislativa, não está no âmbito do governo, mas, a gente discute lá, com os técnicos da SEFIN, e do planejamento para que a gente possa mandar para o CONFAZ, lá no CONFAZ fazer o primeiro convênio, primeiro tem que fazer o convênio para poder fazer a lei de incentivo do Estado de Rondônia e a gente tem promessas das telefônicas de grandes volumes de dinheiro pra poder fazer financiamento da cultura. Mas, a gente precisa sentar com esses técnicos para gente fazer o convênio como CONFAZ, porque sem o convênio da CONFAZ é inconstitucional e aí não prospera. Outro aspecto que eu também quero colocar aqui e talvez, que sirva até de correção, que a gente não precisa mais falar que o nosso povo e que nós não temos cultura. Cultura é um conjunto de ações humanas que se desenvolvem em torno do nosso coletivo. Então, quando nós estamos rebaixando a condição de que nós não temos cultura, nós estamos eliminando várias coisas que está dentro do nosso procedimento de cidadão, de construção coletiva e que nos deixa tão pobre, eu estava ali me sentindo tão pobre, eu falei: será que eu não tenho nada? Outro dia eu comi um tambaqui, um tambaqui na folha de bananeira, eu me visto razoavelmente bem, eu me comunico muito bem com as pessoas, eu corto meu cabelo bem, enfim, de repente eu faço um frango no tucupí, será que tudo isso não é padrão cultural nosso. Então, eu acho que é assim, a gente rever, eu acho que a gente tem uma deficiência em programas de manifestações artísticas e tal, e isso também gente é tão curto, isso é muito curto o prazo para gente vencer isso, se a gente instalar políticas públicas de Estado, nós vamos corrigir todas essas demandas que está aqui instaurada, que são muitas demandas; seja do patrimônio que está aí material, seja das manifestações, das linguagens. Então, assim, eu gostaria em meu nome agradecer por esse momento e me colocar a disposição, também assim como toda a Superintendência, todo o sistema estadual de cultura para que a gente possa avançar nessas políticas públicas. No dia 25 de setembro, nós teremos aqui eleição do colegiado setorial nacional, quem tiver interesse em participar, está vendo, o Ministério da Cultura está chegando, está todo mundo chegando. E dizer para vocês também que eu tenho uma aversão a essa Lei 190 e estou à disposição também para corrigir, porque uma lei não pode ditar, o Estado moderno é o Estado que não faz intervenção no setor produtivo e a cultura é um setor produtivo.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Muito bem Chicão, talvez, o poder público não tenha cultura de investir adequadamente em cultura, talvez seja essa, já que nós estamos em um Estado riquíssimo em produções culturais. A palavra está concedida agora ao senhor Paulo André, representa aqui a Cultura indígena.

O SR. PAULO ANDRÉ – Muito boa tarde, boa noite. Primeiramente agradecer a Deus por está aqui e eu espero que todos estejam bem; quero cumprimentar a Mesa, o senhor Presidente, através do senhor Presidente, quero cumprimentar todos da Mesa. O meu nome é Paulo André, eu sou representante, representante do Museu das Etnias e a gente trabalha como ponto de cultura do Estado de Rondônia, nós temos um trabalho já bem, bem árduo, bem extenso da cultura, nós fomos conveniados em 2009, como ponto de cultura e desenvolvemos o nosso trabalho nas escolas. Nós também temos agora recentemente, eu gostaria, antes de mais, nada Senhor Presidente, informar que aquele nosso convênio antidrogas está assinado, Rondônia agora tem um projeto antidrogas, é um projeto cultura e esporte que nós vamos desenvolver, vai começar agora em junho, desculpa, em meados de setembro por aí que nós vamos começar esse projeto porque nós estamos em processo de licitação e o nosso trabalho vai ser com o Ministério da Justiça. Nós também temos a felicidade de fechar um convênio com o Ministério da Cultura, onde nós vamos desenvolver um trabalho com as pessoas cegas e com baixa visão. Então, isso é muito bom para o nosso Estado, nós temos aqui dois projetos federais, onde nós vamos desenvolver o nosso trabalho. É claro que o nosso debate aqui é debater eventos culturais e aqui eu estou apresentando a todos dois eventos culturais para o nosso Estado, esse é o nosso ponto de cultura, desenvolver um trabalho forte com o Ministério da Cultura e o Ministério da Justiça, com o Governo Federal e nós pediríamos claro, que o Governo do Estado de Rondônia, caminhasse conosco. Bom, gente, vamos lá o que, então, venho aqui trazer Senhor Presidente, uma possível solução de todos os problemas, quando se fala da tão falada 180, 190 desculpa, mas, ninguém apresentou proposta de soluções claras, solução é tentar desfazer essa Lei. Bom, eu sou um dos coordenadores do Projeto Vale Mais Cultura, nós temos um trabalho com o Ministério de Justiça que vamos agora iniciar aqui em Porto Velho esse trabalho, que é um trabalho com o Vale Cultura, nós temos aí funcionários, funcionários dos Correios, nós temos funcionários do Banco do Brasil que tem o Cartão Vale Cultura, mais não tem essas atividades, as atividades culturais, não tem a maquininha para receber o Vale Cultura, isso iria fortalecer muito as ações culturais em nosso Estado todo, porque em cada município tem um funcionário dos Correios e ninguém fala sobre isso, ninguém comenta. Eu mandei um projeto em 2013 e foi aprovado em 2014. Em 2015, esse ano, nós vamos iniciar o nosso trabalho em Porto Velho, é o Projeto Mais cultura, é o Cartão Vale Cultura. Um ponto importante que nós também gostaríamos de informar Senhor Presidente, que nós também temos um trabalho com o Museu das Etnias, nós já estamos aí prestes a assinar o convênio com o Ministério da Justiça, o Museu das Etnias é para o grupo indígena apresentar o seu material, nós vamos fazer esse museu funcionar todos os dias, de segunda a sexta para que a gente possa apresentar esse trabalho. O que eu lamento muito não ter nenhum representante

indígena nessa Audiência Pública. Outro ponto que eu também lamento, é não ter nenhum Conselheiro de Cultura aqui também, ver lá do outro lado. Bom, outro ponto que eu gostaria de apresentar é sim essa solução, qual seria a solução para que nós possamos colocar em prática e fortalecer a cultura do nosso Estado? Senhor Presidente, seria nada mais nada menos, a todos os presentes de seguirmos o Ministério da Cultura, não é difícil, é colocarmos, Senhor Presidente, colocarmos nada mais, nada menos que o TCC dentro do nosso Estado, simples, é criarmos projetos como prêmio porque todas as entidades no Estado de Rondônia estão com problema com o Tribunal de Contas devido as suas prestações de contas não ser um expert em fazer elaboração de licitações. Nós temos dois projetos federais, nós vamos ter que passar por essa barreira de licitação, é claro que nós gastamos aqui uns cinco mil reais para está expert nesse sistema. O sistema do SICONV, o sistema de licitações, essas coisas. Então, Senhor Presidente, a solução é colocarmos esse procedimento, Senhor Superintendente, é colocarmos prêmios para as ações culturais e um tanto importante é fomentar um Vale Cultura, que eu não trouxe o meu aqui por medidas, que fui convidado de última hora, eu quero, eu até agradeço aqui o convite. Mas, é importante fomentarmos o Vale Cultura no nosso Estado, todos os funcionários dos Correios, todos os funcionários do Banco do Brasil, Caixa Econômica, todos têm o Vale Cultura e está enriquecendo as livrarias e o verdadeiro fazedor de cultura que está lá na ponta não sabe nem o que é isso. Então, esse é um ponto importante de fortalecermos a cultura, a cultura de Rondônia precisa ter essa visão, daqui partir essa visão do Vale Cultura. Eu sou um dos coordenadores do projeto que nós fechamos com o Ministério da Cultura e nós temos essas expertises de fazermos esse fomento, é simples, não é difícil. E outro ponto importante é sobre a flexibilidade nas prestações de contas e aqui senhor Presidente, o Superintendente, o que eu trago aqui para fortalecer mais esse procedimento, para que nós possamos fechar uma solução é que, como foi dito aqui que tem alguns que são contra Emenda Parlamentar dentro da cultura, eu sou a favor, eu sou a favor, que se faça uma parceria com a Superintendência agora que mudou, para que possa criar prêmios para ações culturais, fortalecer as ações nos bairros, nos municípios, nos distritos; criem-se prêmios, não precisa ser muito, não precisa fazer que nem fez a FUNCULTURAL, deu não sei quantos milhões para uma só entidade, não, dividem-se mil reais, divide-se um milhão de reais, divide-se para as entidades, divide-se; se dividirem esse recurso que é esse montante, bota como prêmio vai fortalecer todas as categorias e aplique-se o TCC, o TCC está sendo aplicado pelo Ministério da Cultura, tem que abrir os olhos com o Ministério, tem que andar junto, nós temos que andar junto com o Ministério da Cultura, não temos que criar que, não vamos criar uma coisa. Não, vamos criar, não; está criado, já tem grupos, diversos grupos no Brasil inteiro discutindo sobre isso, sobre os problemas das entidades com problemas com o Tribunal de Contas, vários pontos de cultura irregulares, como nós somos, o ponto de cultura temos muitos pontos de cultura que não fizeram as suas licitações, é simples é só criar TCC. Facilitar a prestação de contas para a pessoa que faz a cultura...

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Conclua Paulo.

O SR. PAULO ANDRÉ – Sim, concluindo. Eu só gostaria de concluir Sr. Presidente que lamentavelmente a cultura indígena está sendo como se diz assim está sendo colocada na parece, o índio por si e por natureza ele é artesão, por isso ele não tem que ser avaliado por ninguém que não é indígena, ele já é de sangue artesão. Por isso a carteirinha que vem da nossa poderosa PAB tem que ser avaliada, tem que ser avaliada: “- não tem que trazer o índio aqui para eu ver se ele sabe fazer flecha”. Que é isso gente? Eu estou indignado com isso! Eu vou arrumar três ônibus, eu vou trazer um monte de índio da aldeia que eu quero o que quê esse PAB vai fazer. Eu quero só vê, por que é inadmissível o PAB bloquear a carteira do artesão para o índio. Concluído. Que Deus abençoe a todos.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado Paulo. Concedemos a palavra agora ao professor da UNIR Cleber Maurício de Lima. Só registrando antes do Cleber utilizar, é que o Conselho Estadual de Cultura está representado na Mesa sim, Cleber, a Sacerdotisa Marlene Souza, ela é Conselheira Estadual de Cultura.

O SR. CLEBER MAURICIO DE LIMA – Boa tarde, ao cumprimentar o Presidente da Mesa, eu cumprimento toda a Mesa, aos nobres Deputados aqui presentes, todos os cidadãos, parabéns a Assembleia e todos que aqui estão reunidos por conseguirmos conversar sobre cultura. Minha fala será breve dividida em dois momentos, uma contextualização e um encaminhamento. A contextualização é com relação a eventos culturais para não fugir do tema obviamente, porém de modo transversal. Produzir eventos tem a ver com educação, o nobre Deputado já falou, o Chicão Santos também já falou sobre a educação. Até 1996 a educação artística no Brasil, ela era polivalente como curso de graduação em Educação Artística que habilitava o graduado em habilitações; música, artes visuais, teatro e dança ainda não era contemplada, salvo raras exceções. Em 1996 devido a experiência nos cursos superiores percebeu-se que formar esse profissional polivalente com dois anos de formação geral e dois anos de formação específica acabava não formando o profissional habilitado a trabalhar na rede básica de Educação. A pessoa saía formada em música sem saber música, em artes visuais sem saber fazer artes visuais, enfim era uma grande confusão, salvo raras exceções. A partir da LDB 9394/96 esses campos de conhecimento ganham licenciatura próprias com a licenciatura em música, licenciatura em artes visuais, licenciatura em teatro, e licenciatura em dança, desde então já se passaram vários anos e de modo nacional todos os sistemas de educação considerando todas as dificuldades orçamentárias, políticas que estão tentando adequar-se a essa realidade. O encaminhamento, essa é a contextualização, o encaminhamento é o seguinte: desdobra-se em dois momentos. Primeiro momento: que o Governo do Estado, que os nobres Deputados através de legislação promovam as parcerias de formação e capacitação continuada dos docentes que já atuam na rede básica dando o conhecimento, porém, com formação fora da sua área, é o famoso professor de Geografia que dá Música; é o famoso professor de Matemática que ensina artes visuais, se nós invertermos essa frase tenho certeza que para todos aqui só soará estranho o professor de Música ensinando Matemática, soa estranho para o nosso cotidiano, porém, é admissível na

nossa realidade o professor de Matemática ensinar Música, nós temos que culturalmente combater isso e só conseguiremos combater com ação de política cultural a longo prazo. Portanto, com formação continuada, essa formação continuada pode se dá através das parcerias do Estado com as Instituições de Educação superior para fornecer a segunda licenciatura aos professores já concursados em Instituições públicas como a UNIR, como a URBS, como a UNB, cito a URBS e a UNB por que essas duas Instituições já desenvolveram conjuntamente a UNIR o PROLICEN que era Pró-Licenciatura e temos com turmas fechadas licenciados em Música, licenciados em Artes Visuais, Música pela URBS, Artes Visuais e Teatro pela UnB que já atuam aqui em Porto Velho. A UNIR formando esses profissionais, a primeira turma de 2014, agora em 2015 começando a colocar esses profissionais, e as instituições privadas que fazem parte da nossa sociedade, Centro Universitário Claretiano, UNOPAR e outras instituições privadas que têm os seus EADs, as Educações à Distância. Outra ação, outro encaminhamento, esse foi o primeiro, Formação Continuada a Partir das Parcerias; o segundo encaminhamento que o Estado, porque aqui nós estamos no âmbito estadual, que o Estado comece a abrir os concursos públicos para os professores com a seguinte nomenclatura: Professor/artes: música/artes: artes visuais/artes: teatro/artes: dança. É utópico? É ideal? É fora da nossa realidade? Não, pois a utopia e a realidade somos nós que construímos e se nós, a partir dos senhores nobres representantes do povo, tomarmos a decisão de consolidarmos isto que já é política nacional aprovada pela LDB 9394/96 nós estaríamos dando um encaminhamento de política pública continuada para a cultura, pois teremos em cada escola do nosso Estado professores habilitados em música, teatro, artes visuais e dança, fazendo com que cada escola do nosso Estado se transforme em um centro cultural capilarizando o orçamento que será gasto, perdão, gasto não, investido, como muito bem já foi dito aqui nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem Professor Cleber. Concedemos a palavra agora ao Coronel Bombeiro Sílvio Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia.

O SR. SÍLVIO RODRIGUES – Boa tarde a todos. Muito obrigado Deputado Cleiton Roque, amigo já de pouca data, mas de uma amizade que tem se mostrado fraterna e tem contribuído muito. Na verdade a minha palavra, e cumprimentando os demais integrantes da Mesa faço uma alusão específica ao Tenente Andrade que me acompanha aqui que é o Diretor de Serviços Técnicos, a corporação nossa, falando especificamente de eventos, sejam eles temporários ou eventos cotidianos, rotineiros previstos em calendário a corporação tem uma legislação desde 99/2000 e essa legislação hoje na medida em que o tempo passou, ela amadureceu, ela está cada vez mais aceita, ela é cada vez mais difundida, as pessoas entendem isso, os organizadores colocaram já isso no seu contexto, no seu orçamento para que isso não fuja, não saia, então eu vou citar um exemplo, o Secretário Rodney está aqui e sabe o problema do Estádio Aluísio Ferreira aqui vizinho nosso e nós há muito tempo interditamos parcialmente o estádio e o estádio está interditado e ali está Cláudio Coutinho da mesma forma ficou, então assim, dentro de uma conscientização não só do

Estado, mas, de todos que viram: “olha, não tem condições de fazer isso”. Então o trabalho nosso, nós também, Zezinho, você sabe disso, nós, eu nunca perdi judicialmente nada porque quando nós chegamos com o magistrado ou mesmo com os promotores também que são auxiliares e parceiros nossos, eles já chegam vendo, eles já chegam olhando o documento e já entendem o que ocorre. O que eu só peço especificamente para os eventos e, aliás, eu quero fazer uma meia culpa, na verdade, nós; e eu estou na frente do Dr. Adilson aqui, nós não cumprimos a lei, se fossemos nós cumprir a lei todo dia que tivesse um evento às 20 horas e a pessoa chegasse às 17 horas querendo que eu fosse fazer a vistoria eu dizia: “está interdito, o senhor faça outro dia”. E a gente não faz isso, o bombeiro meu fica até às 17, 18 horas, às vezes começando o negócio, a queima de fogos quase estourando para o pessoal ir lá fazer uma vistoria e dizer assim: “pode fazer”. Então a prefeitura também, por mais que se fale, a prefeitura ajuda e ajuda muito porque se a prefeitura fosse seguir a 190 no estrito cumprimento dela eu tenho certeza que ia ser bem mais difícil, e muito é feito assim em cima da hora, espera, espera, espera, o bombeiro fica lá esperando porque a pessoa alugou o local, a Sônia, salvo engano, perguntou isso antes, a pessoa aluga o local, só que ela não coloca o layout de mesas para eu saber quantas cabem e eu poderia dizer: “não, aqui podem sentar tantas pessoas”. E o evento está para começar daqui uma hora e meia. Então o que ocorre às vezes um evento que, digamos esse palco aqui, esse local, ele é sempre usado para a Assembleia sem problema nenhum, agora se ele muda, é um evento autorizado pela gente, o local está autorizado mas se ele mudou o layout e hoje vai ter uma apresentação de balé, vai colocar uma arquibancada aqui eu tenho que vir olhar. E para isso é cobrada uma taxa, porque a taxa subentende um serviço e não há nenhum pagamento de taxa sem que o Bombeiro meu vá até o local, diga e ateste. O que é que eu quero? Só concluir as minhas palavras. Hoje o documento nosso, o respaldo nosso que a gente tem dado é a diferença, Deus o livre em ocorrendo alguma coisa, e para dizer que nunca ocorreu alguma coisa, que eu me recorde de um trabalho nosso que foi feito e que ocorreu lamentavelmente uma coisa, foi alguns anos aqui próximo a Catedral, que houve uma queima de fogos no Campo da Brigada, distante do local, a queima autorizada com documentação com tudo direito, o pessoal nosso no local como teria que ser. Só que eu não tenho como atestar o fogo do artifício enquanto ele não sai. O fogo do artifício saiu, tinha um problema na fabricação, até porque ele é manual, caiu sobre as pessoas em frente a Igreja, salvo engano era próximo do Natal, talvez alguém lembre até o ano que foi isso. Esse foi um evento, esse foi um evento, sim, que nós estávamos juntos e autorizamos, e esse, inclusive, por estarmos juntos e estar autorizado, esse é o diferencial entre o culposo e o doloso. Só que o doloso a gente não deixa acontecer, se a gente sabe que vai acontecer, está tudo certo para acontecer, se ele não tiver uma RT de um engenheiro, se ele não tiver uma autorização nossa, uma vistoria nossa, lamentavelmente não ocorre, lamentavelmente não ocorre e é uma necessidade disso. É pensando no povo, é pensando nas pessoas que a gente faz assim. E é também respaldando vocês enquanto organizadores de eventos, respaldando a todos os senhores. Dizer: olha fulano pela fatalidade do evento X, mas o cara fez tudo o que podia fazer, ele contratou os seguros, ele entrou com o documento na hora devida, ele pediu um Engenheiro, o Engenheiro viu o

palco dele lá, a queima de fogos dele estava autorizada, estava na distância devida, mas ocorreu algum problema, ocorre à modalidade culposa está aí para isso. O diferencial de não fazer isso porque à noite a hora que nos perguntam: escuta ocorreu assim, e assim, tem documento? Estão sabendo? E a partir daí é que daí os problemas, aí fugiu da 190 já, aí fugiu de tudo. Então assim, esse cuidado tem que ter. E eu vejo com muita satisfação já que, eu diria que um percentual entre 90% e 95% já entenderam isso, já compreendem isso, já trabalham com conscientização e a gente não tem dificuldades mais. Ainda há essas questões do prazo realmente ainda há. Eu deveria ter pelo menos um dia para dizer: olha, arruma essa arquibancada aqui, faz melhor esse negócio, vamos melhorar esse layout. Às vezes não dá, às vezes não dá. Mas eles sempre vão até ao local e sempre se embasam em outros técnicos como: Engenheiros, Arquitetos, Engenheiros Eletricistas, Pirotécnicos, para a queima de fogos, então assim, é uma forma de respaldar o evento dos senhores. É bom para que os senhores continuem sendo, pessoas que fazem eventos na cidade, pessoas bem vistas e bem conceituadas, para as pessoas dizerem: “eu vou ao evento do fulano porque eu sei que ele trabalha sério”. E isso é importante. Muito obrigado a todos e agradeço.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Obrigado ao Coronel Bombeiro Silvio Rodrigues. Nós concedemos a palavra agora ao Doutor Carlos Dobbs, Procurador Geral do Município, já fazendo um pedido, uma pergunta a ele: se é possível articulado com os movimentos culturais no Município de Porto velho, capitaneado pela FUNCULTURAL, se nós pudéssemos, o senhor que é conhecedor da 190, da Lei Municipal, se há possibilidade, de discutindo com esses setores, se há a possibilidade de um melhoramento na legislação de fato que venha beneficiar e vir a suprir aí essas reivindicações por parte do Movimento Cultural. A palavra está concedida ao Doutor Carlos Dobbs, aqui representando a Procuradoria Geral do Município de Porto Velho.

O SR. CARLOS DOBBS – Ao saudar o nobre, atuante e dinâmico Deputado Cleiton Roque; cumprimento a todos da Mesa; e a todos os presentes. O Deputado Aécio da TV dizia que quando jovem era ator, e demonstrou uma saborosa brincadeira com seus atributos, ao comparar a Lei 190 pedindo a correlação com o 190 da Polícia Militar. E como ele saiu daqui, antes que venha o 190 eu vou direto no assunto. Embora eu tivesse aqui muitas laudas para fazer um discurso, mas eu vou direto e serei breve e farei um breve resumo. Muito bem. Tudo aquilo que a Doutora Jória, quando Secretária quando da FUNCULTURAL, no exercício da Presidência falou, é a mais pura expressão da verdade, ela lutou conosco e juntamente com a Mara Valverde; que inúmeras vezes compareceram a PGM e ao Gabinete do Prefeito Municipal, postulando para que houvesse uma reforma total dessa Lei 190. A Lei 190 é de 06 de julho de 2004, portanto, onze anos, um mês e sete dias de vigência. Se antes dessa Lei já era um fiasco, com essa Lei ainda continua um drama, imaginem a situação que vivenciamos. Muito bem, direto no assunto. A PGM de fato elaborou um plano alternativo de uma nova legislação e isso com a participação do destacado advogado Francisco Lacerda, aqui presente nesse Plenário e da doutora Rose Pereira, que também juntamente com as lideranças, na época com a

doutora Jória, fez uma série de estudos e foi tudo muito avançado, inclusive, com a formação de uma Comissão lá na Secretaria da Fazenda. Muito bem, por último ficou um pedido entrelinhas e houve um lobby nesse sentido, de que houvesse para os membros dessa Comissão, uma remuneração tipo jeton e aí se esbarrou numa dificuldade orçamentária, numa dificuldade de limite prudencial, além de certa resistência de oferecer pagamento para quem já presta serviço ao serviço público. Muito bem, mas os estudos estão lá na PGM, nada avançou em razão dessas dificuldades, mas agora, finalmente para responder a pergunta do Deputado Cleiton Roque, nós poderemos com a nata, com a liderança dos movimentos culturais aqui presentes, com a presença do Rafael e do Jorjão, em nome da FUNCULTURAL, são pessoas abnegadas que estão dispostas a colaborar e ajudar para que haja uma modificação. Então, em nome do Procurador Geral do Município de Porto Velho a quem represento neste momento, eu digo que as portas da PGM nobre Deputado, estão abertas para a qualquer momento, a partir de agora, para que a FUNCULTURAL, sob a sua gestão, e a participação de todos os seguimentos culturais do Estado de Rondônia e no caso de Porto Velho em específico, e teremos a maior satisfação da gente tentar contribuir para acabar de vez com esses dissabores, com esses transtornos, com esses aborrecimentos que foram relatados aqui pelo Zezinho, irmão da Maria Fumaça. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Rafael.

O SR. RAFAEL ALTOMAR – Certo, fazer um esclarecimento que retomamos a discussão internamente da Lei 190, o próprio Prefeito Mauro Nazif nos chamou como FUNCULTURAL e SEMFAZ, fizemos uma primeira reunião com ele, me reuni segunda-feira com a SEMFAZ para retomarmos essa discussão da 190, pegamos as memórias, as minutas que foram desenvolvidas até aqui e na próxima segunda-feira teremos outra reunião para daí sim chamar o movimento cultural para rediscutir, saber em que pé que ela parou e continuar com essa discussão. É um desejo do Prefeito, é um desejo da FUNCULTURAL que essa lei ela se renove, e torne os eventos culturais um pouco mais tranquilos de serem feitos na questão burocrática, então, só para esclarecer esse andamento que está tendo.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem Rafael. Concedemos a palavra agora, ao Excelentíssimo Senhor Rodney Paes, Superintendente da Juventude de Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, do Governo do Estado.

O SR. RODNEY PAES – Senhores, boa tarde. Quero cumprimentar o nobre Deputado Estadual Cleiton Roque e parabenizá-lo pela iniciativa. Um Deputado que tem sido parceiro da SEJUCEL na área do esporte, tem colocado emendas, tem estado conosco lá, no apoio ao fomento do esporte e agora toma essa iniciativa na área da cultura, então a SEJUCEL, em nome da SEJUCEL, e de todos os colaboradores da SEJUCEL, eu já quero agradecer o apoio e a parceria, e parabenizá-lo juntamente com o Deputado Aécio por esta iniciativa, estamos juntos sabendo o que a gente quer o melhor, para que esse espaço, esse segmento da sociedade seja realmente valorizado e reconhecido.

O nosso amigo Alex Redano também que brilhantemente esteve aqui na tribuna falando dos seus anseios, do seu desejo

de estar contribuindo, por outras vezes já estive lá na SECEL discutindo com a nossa equipe a possibilidade de providenciar uma Lei que realmente de incentivo, muito importante a sua participação obrigado aí pelo apoio estamos juntos também nessa construção.

Cel. Rodrigues, nosso amigo, há pouco tempo que estamos aí caminhando, labutando junto ao Governo do Estado, a minha admiração; a Instituição Bombeiro que já tinha e cada vez mais que vejo a sua participação a Instituição Bombeiro tem demonstrado o comprometimento com a sociedade que tem ido além das suas atribuições enquanto Instituição tem dado uma contribuição para a nossa sociedade que realmente faz por merecer a credibilidade que tem perante a sociedade o respeito da Instituição Bombeiro, sabemos de algumas pesquisas que, se nós temos uma Instituição que tem o respeito da sociedade e a credibilidade é a Instituição Bombeiro e tem demonstrado isso com as suas ações e parabéns que continue sempre assim dando esse apoio. Quero cumprimentar nossa equipe da SEJUCEL que aqui está o Chicão, Bebel, a Dona Nazaré, está ali, a Dona Nazaré é um ícone da cultura aqui no nosso Estado, tenho aprendido a respeitá-la, considerá-la, conheci seu esposo antes de estar aqui na SEJUCEL, mas também venho vendo o quanto a senhora tem contribuído e a sua paixão quando a senhora fala de biblioteca, quando a senhora fala da Flor do Maracujá e isso nos contamina, isso tem feito com que realmente a gente se apaixone e esteja presente também, a gente vê aqui pessoas que já passaram nesta tarde contribuindo e em nome dos senhores eu cumprimento para a gente não atrasar muito. Dizer que esta tarde é uma tarde importantíssima para a cultura de Porto Velho e do Estado de Rondônia, uma Audiência Pública, Deputado, onde se dá oportunidade para aqueles que aqui passaram poder expor realmente o seu clamor, a sua angústia por dificuldades que tem passado e nós, enquanto cidadãos e hoje com a oportunidade de estar à frente de pastas importantíssimas como a Superintendência da Cultura da Juventude, Esporte e lazer, poder ouvi-los e buscar entendê-los dessa angústia, dessas dificuldades. A nossa equipe, e fico feliz ouviu, Chicão, quando eu vejo uma equipe que trabalha com amor, que trabalha com carinho por aquilo que faz, quando você veio aqui, você demonstrou isso o conhecimento por aquilo que está fazendo, isso faz uma diferença muito grande, porque às vezes nós nos enganamos quando a gente tem oportunidade, Deputado, de usar a tribuna, usar o microfone e às vezes tecer crítica, comentários que não sai daquilo e não tem o retorno, não tem uma contribuição para a resolução, para alcançarmos realmente aquilo que nós almejamos, o fomento verdadeiro da cultura, a valorização daqueles que verdadeiramente fazem cultura, quando eu falo que tem que fazer com amor, você não precisa ser Deputado para fazer, você não precisa ser Superintendente da SECEL para fazer. Lembro, pensei que você fosse falar aqui, quando em 1984, você me convidou para participar de um grupo de teatro lá em Rolim de Moura, o Rodney, Professor de Educação Física, ele nunca tinha feito teatro e nós fomos para um circo, picadeiro, fazer uma encenação, fazer uma apresentação, aquilo ali foi um aprendizado muito grande, mas eu fui pela sua pessoa, pelas pessoas que estavam à frente e porque eu gosto, eu acho importante isso e isso é fazer com amor e não às vezes por aparecer, por ser oportunista de algumas situações.

Então é importante este momento, Deputado, e a SEJUCEL a Superintendência de Cultura tem um grande objetivo

que é a Institucionalização da Cultura no Estado, eu vi pessoas vindo aqui clamando por uma legislação, que realmente respeite, valorize cada um dos senhores e nós estamos lá para isso de portas abertas, quem nos conhece já foi lá na SEJUCEL depois que ali estamos, a nossa porta, Deputado, ela fica aberta o tempo todo, recebo às vezes até algumas brigas com o pessoal nosso: “Rodney você precisa às vezes de alguma privacidade”. Mas, a minha intenção; e quem já nos procurou lá sabe muito bem é receber a todos, é ouvir a todos e na medida do possível com maior responsabilidade atender a todos, porque nós temos que ser responsáveis também, não adiante eu usar uma tribuna, usar a fala e ficar prometendo um monte de coisa que nós sabemos das dificuldades e das prioridades do Estado, às vezes, mas, cabe a nós; hoje responsáveis por estarmos à frente da SEJUCEL e vejo a importância de nós estarmos hoje nesta Casa de Leis juntamente com os Deputados, nós buscamos mecanismos para realmente nós transformarmos a Cultura do Estado e buscamos sim verdadeiramente a valorização. O quão tem sido importante essa discussão. E vejo agora a transformação da Flor do Maracujá, quando vejo a administração pela FEDERON. O poder público não tem essa obrigação de fazer todas as festas. Nós não damos conta, o dinheiro é escasso também. Nós não temos condições de ir lá à Ji-Paraná e organizar duas, três festas em Ji-Paraná. Ir em Vilhena, organizar e realizar duas, três festas. Mas nós temos obrigação sim, Fernando, e aqui parabenizar a FEDERON pelo belíssimo espetáculo Flor do Maracujá, onde nós fomos parceiros, a buscar esse entendimento, a fortalecer a Federação, a fortalecer o Duelo da Fronteira, lá em Guajará-Mirim. Que quando, há dois anos, três anos, o governo do Estado colocou recurso, infelizmente, as agremiações, que são muito boas naquilo que fazem; os bois, lá de Guajará-Mirim dão show, é belíssimo o espetáculo. Mas infelizmente, como foi lembrado por alguns aqui, têm dificuldades na hora de prestar conta, na hora de lidar com o dinheiro público e se tornam inadimplentes. Hoje eles estão impossibilitados de receber recurso. A Prefeitura também está impossibilitada. Seria muito fácil o governo do Estado, hoje, virar as costas e dizer: “olha, nós não podemos ajudar e contribuir para que o Duelo da Fronteira aconteça”. Mas pelo contrário, a nossa equipe, aquela que eu acabei de fazer um elogio, foi até Guajará-Mirim, sentou com o Prefeito, sentou com o Ministério Público, sentou com as agremiações, nós queremos contribuir, nós queremos ser parceiros. E a festa vai sair, porque nós estamos juntos por um objetivo único, que é o fomento da cultura, pela valorização daquilo que nós temos de melhor em cada região. Eu quero dizer assim, Deputado, a gente teria muitas coisas para dizer, falando com o Deputado Cleiton Roque, nós precisamos definir e ele me cobrou isso, um calendário cultural no Estado de Rondônia. Nós temos festas pontuais que acontecem todo ano, Flor do Maracujá, Duelo da Fronteira, Divino Espírito Santo, Carnaval, por que é que o Estado não se organiza? Por que é que o Estado não define um calendário para que nós tenhamos já o recurso garantido, para que nós tenhamos a data já pré-estabelecida para facilitar para todo mundo? O Genus, o Coronel acabou de citar aqui o estádio, o Genus sabia, e eu falei isso com o Evaldo, um guerreiro, então eu fico tranquilo de poder falar aqui agora, o Genus sabia que o campeonato profissional ia começar em março. A Federação sabia que o campeonato ia começar em março. Fevereiro, final de fevereiro procuraram o Bombeiro, pedindo o alvará para liberar o estádio para eles poderem jogar. Nós não podemos deixar para a última hora. Atropela o sistema e

depois começa jogar a culpa nesse ou naquele. Então, quando a gente fala que o setor público precisa de uma palavra chave ‘planejamento’. Nós precisamos nos organizar e planejar. Nós temos aprendido muito nesse tempo que estamos à frente da Cultura. Confesso aos senhores, e Deputado, eu tenho me apaixonado mais pelo Estado de Rondônia, sou paulista, mas estou em Rondônia há 31 anos, amo este Estado, um Estado que tem me dado oportunidade de trabalho, de constituir minha família, mas tenho me apaixonado pela história de Rondon, pela história da Madeira-Mamoré, pela história da Flor do Maracujá, pela história do Duelo da Fronteira e por essa história belíssima de 121 anos que acontece no nosso Guaporé, onde tem sete comunidades brasileiras e cinco bolivianas, que é o Divino Espírito Santo. E a gente vai se apaixonado quando a gente se aproxima do nosso artesanato, quando vai se aproximando. Então, me coloco à disposição, enquanto Superintendente, Deputado, para nós alinharmos os nossos anseios, os nossos pensamentos. O Governador Confúcio Moura tem pedido: “se aproximem, estejam ao lado daqueles que fazem cultura, apoiem”. Aquilo que eu disse, nós não vamos lá à Guajará-Mirim fazer, não somos nós quem fazemos o Duelo da Fronteira, mas o governo do Estado tem que estar junto sim. Nós temos lá o bumbódromo, está terminando a reforma do bumbódromo. A nossa equipe já foi lá duas vezes, está indo para lá amanhã novamente, para dar todo suporte técnico para que a coisa aconteça. E a SEJUCEL, a gente está acostumando com o nome, recebe agora a juventude, e o Deputado Redano falou da importância de nós realmente aproveitarmos e trabalharmos a base, o incentivo para as nossas crianças e usarmos tanto a cultura, como o esporte, para realmente ser uma política de Estado. Não é uma política, e deixar bem claro, quando a gente conversa com o Governador Confúcio Moura, e a gente consegue alinhar, não é uma política do Governador Confúcio Moura, não é uma política do Rodney que está na SEJUCEL, é uma política de governo, porque nós passamos. Amanhã eu não vou estar mais na SEJUCEL, não é eterno, mas as pessoas que vierem, vão ter uma legislação que ampara; que garante, que realmente vai dar condições de trabalho. O Fundo está aí, nós temos o Plano Estadual de Cultura, que estará vindo para esta Casa, Deputado, também para ser avaliado pelos senhores. Nós temos o Fundo que está sendo regularizado. Nós temos várias ações e nós estamos querendo buscar o quê? Garantir para que os senhores que fazem cultura, para aqueles que lutam e labutam o dia a dia, que realmente sejam amparados e nós, lá atrás, quando sairmos e voltarmos para a nossa vida cotidiana, como cidadão, como funcionário público que sou, possamos dizer assim: “olha, deixamos um legado. Pudemos dar a nossa contribuição”. Isso que eu conclamo, a nossa equipe da SEJUCEL sempre, nós somos servidores públicos, estamos aqui hoje com a responsabilidade de servir o povo, servir o público e para isso, nós estamos à disposição dos senhores que fazem cultura, desta Casa de Leis que tem essa preocupação dos colegas que compõem essa Mesa, para que nós realmente possamos ir lá de encontro aqueles que fazem o melhor pela história de Rondônia e fazem isso cada vez mais, nos apaixonarmos por Porto Velho, pelo Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem Secretário Rodney Paes, Superintendente de Juventude Esporte e Lazer. Concedemos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Adilson Donizete de Oliveira, Promotor de Justiça, aqui representando o Ministério Público Estadual.

O SR. ADILSON DONIZETE DE OLIVEIRA – Excelentíssimo senhor Deputado Cleiton Roque, que preside essa Audiência Pública na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades civis e militares presentes nessa solenidade e também cumprimento a todos os participantes, todos os presentes, fazer essa saudação assim rápida tendo em vista o adiantado da hora. Bem, eu vou tentar ser breve e dizer para os senhores assim: falar o outro lado da moeda, para ajudar nessa discussão e às vezes talvez conseguir fazer com que se entenda alguma coisa, talvez, não aceitar, mas entender ao menos. O Ministério Público, há tempo, ele tinha setenta promotores, hoje tem um pouco mais para cuidar do Estado todo e de todas as demandas, Saúde, Educação, Segurança Pública, Infância e Juventude, Idoso, Deficiente Físico, Meio Ambiente, Fundações, é tanta coisa e não tem gente suficiente para cuidar de tudo isso, mas a nossa realidade é essa aí. Muitas vezes, nós estamos no Tribunal do Júri defendendo uma causa, ao acusar alguém que matou a mãe, matou o filho, matou o companheiro, um homicídio grave, bárbaro, e a defesa sempre diz assim: “olha, mas não tem DNA nesse processo aí, a polícia que investigou, não colheu as provas tais e não fez os exames tais”. E vai para a sociedade julgar. Mas nós, não temos recursos para tudo isso aí, nós sabemos que a Medicina, que a ciência avançou e que tem esses recursos no mundo, mas nós não temos e você tem que chegar lá e tirar leite de pedra e dizer que mesmo que não tenha esse DNA, mas tem a cidadã que viu que foi ele. Então, o Ministério Público, é difícil, não é fácil você chegar num lugar lá e ver que está faltando às coisas e você tem que trabalhar na defesa da sociedade. Muito bem, então, a gente passa por uma prova muito difícil para entrar, seja ela de forma jurídica como psicológica, somos testados a vários testes que faz perguntas, psicólogos, pedagogo, aí, eles procuram alguém que tenham um perfil do que é ser Ministério Público, do que é atuar nessa área aí. Citar um exemplo, eles perguntam um exemplo, nem sempre é assim, tem outro, perguntam lá para você: “olha, está enferma numa situação bem difícil, uma criança, uma senhora que tem dez filhos e um médico cientista que está na eminência de descobrir a cura para uma doença que não tem cura e vem alastrando no mundo, mas só tem uma UTI, para quem o senhor decide que cuide?”. Aí estão lá quarenta, cinquenta, cem candidatos quantos forem lá, um falar: “é a criança, porque essa daí tem muitos anos de vida ainda”. O outro fala: “não! É essa senhora, porque ali tem dez filhos lá e tem muita chance de viver ainda”. “Não, é o cientista, porque se ele achar a cura vai defender a sociedade, livrar desse mal”. Todas são importantes, mas você tem que optar por uma, você não pode optar pelas três porque não há essa possibilidade. Outro caso: o cidadão entrou na casa, fez alguém de vítima, está lá segurando na garganta e com o revólver na cabeça, e ele deu um prazo para negociação. São dez horas. São nove horas e cinquenta e nove minutos, está faltando um minuto, à polícia que está a frente do caso chega ao senhor: “Promotor e agora o que eu faço? Eu mando o atirador atirar, ou eu o mando parar? Não atira?”. E você é aluno, candidato ali, e aí o que você fala? Olha, o policial está falando, olha se ele atirar e matar o cidadão, é homicídio; e vai para julgamento lá para saber se vai processar ou não e se ele não atirar, ele mata a vítima e vai ser punido, vai para processo, para o júri por omissão. Qual que o senhor decide? “Ah! Não, mais isso é problema da polícia”. Mas, o senhor vai ser perguntado sobre isso aí, o senhor vai ser questionado, se o senhor quer entrar no Ministério Público vai chegar essa

situação lá para o senhor, o senhor vai ter que definir. Então, aquele que amarela lá, não sabe nada o que vai fazer e eles mandam embora esse aí e não vai dar não e assim vai a nossa vida na profissão aqui. Sendo assim, eu estava numa Comarca do interior aí, estava sendo feito um rodeio para montar em touros lá e chegou uma hora que surgiu uma decisão difícil lá: não havia ambulância, não havia nada de médico para socorrer se houvesse algum evento de acidentes com os peões lá. A ambulância, a única que tinha no município estava trazendo alguém ferido para Porto Velho que tinha melhores assistências. E agora? Vai fazer o evento ou não vai? Aí me acharam lá, eu estou lá nesse minuto aí: o quê que o senhor decide? Se o senhor falar, nós vamos acatar. Se o senhor falar que pode fazer, nós vamos fazer. Se o senhor falar que não pode fazer, não vamos fazer. A polícia. Bem, agora o quê que eu faço. Aí junta lá aquele monte de peão, um monte de gente, público e que quer ver o show, que ver; faz ou não faz? Não faz e pronto, acabou. Mas, aí querem te bater, querem te matar. Não faz e pronto, acabou. Juntam os peões voltam para uma renegociação: Olha, nós não temos nenhum problema, todos nós aqui somos maiores e capazes, se cairmos, matar, morrer, nós estamos prontos para isso, ninguém vai, pode fazer doutor. Não senhor, porque amanhã vem a sua mãe, vem o seu pai e fala: mas, porque o senhor deixou o meu filho cair nessa aí? Não, não vai fazer e pronto, acabou. E está lá, a população que quer assistir, todo mundo contrariado, mas você tem que dizer. Outra cidade, outro evento, um outro rodeio desse, melhor organizado, com arquibancada gigantesca, venderam os ingressos a mais, mais, quase o dobro e entrou aquele monte de gente lá. O bombeiro chegou: “Doutor, vai cair, vai cair, essa arquibancada não aguenta esse peso aí”. E agora, o quê que faz? E o show lá, se você manda parar tudo, você sai de lá morto. Bom, o quê que o senhor vai fazer? O senhor vai fazer o seguinte: você vai colocar 02 policiais, 03, 04, 05 quanto for possível aqui na porta aqui, ninguém entra mais e aquele que sair não volta. Aí é só rico, autoridades que estão lá porque o pobre não consegue comprar camarote num show daquele lá. Aí sai o cidadão lá com toda autoridade e ele quer voltar, não vai voltar, todo mundo que sai. Aí chega o pai, mais eu larguei o meu filho lá em cima, lá, ele está sozinho lá. Não interessa, não sobe ninguém e quem descer não entra mais. É uma decisão, você tem que tomar essa decisão e pronto, acabou, vai ficar gente magoada, mais você está pensando nele mesmo. Então, assim, a gente vem vindo nessa situação. A gente falando aqui do nosso, para reportar a nossa situação aqui, quando vai ter as campanhas eleitorais, a bandeira que se levanta, tem várias bandeiras, mais três bandeiras são praticamente unanimidade: saúde, educação e segurança pública. Isso aí todo mundo sabe. Se fizermos um plebiscito hoje, aqui em Rondônia, uma votação e perguntar para a população: o quer vocês querem? Vocês querem que nós apliquemos o dinheiro público, os nossos recursos em mais policiais na cidade ou em eventos culturais? Vocês não precisam me responder, mas, faz aí o juízo o que a população vai responder. Então, se trabalha com essa situação. Nós chegamos, por exemplo, aí citar, já foi citada aqui várias vezes a Flor do Maracujá. Eu fui à Flor do Maracujá quando ele estava na Esplanada do Ministério, um evento muito bonito, maravilhoso, comidas típicas e de todas as regiões, eu achei aquilo maravilhoso, muito bonito e agora ele foi feito lá onde era o recinto de exposição. Lá tem o bairro Nacional, o Costa e Silva e alguns condomínios naquela região lá, foi feito lá, o Ministério

Público foi demandado, a vizinhança falou: porque que está fazendo esse evento aqui? Nós não conseguimos dormir 12 dias de evento, 10 dias de evento, não sei, algo assim e o som vai até às 04 horas da manhã, ensurdecador, eu tenho que trabalhar no outro dia, os meus filhos precisam ir para a escola, não vai fazer esse show aqui. Então, tem uma parte que não quer. Aí você pega na Flor do Maracujá, é assim, se der uma comida daquela lá, um problema, se ele tiver um problema com aquela comida, milhares de pessoas vão passar mal e vai para saúde, é um problema gravíssimo. Então, quando vai fazer o evento Flor do Maracujá, a vigilância sanitária tem que ir lá, eles vão ao Ministério Público: “vão fazer esse evento, como é que vai fazer? Se eu chegar lá para fiscalizar, não vai poder.”; e o assunto é gravíssimo. Então, você está lá para decidir e ver se vai fazer ou não. Eu estava aqui em Rondônia, aqui em Porto Velho, perdão, num dos eventos se não me falha a memória, Carnaval Fora de Época, algo assim, na Carlos Gomes e eu estava a margem do evento, e eu estava ao lado do Coronel Dionísio, que naquela época era do Comandante do Bombeiro, virou um caminhão lá, um carro alegórico naquele desfile e matou algumas pessoas, algumas ficaram feridas. E nós estávamos à margem e estávamos assim eu e o coronel e mais algumas pessoas, o Coronel se desesperou, mas ele é aquele espírito de bombeiro, ele saiu atravessando aquele povo todo e subiu no carro de som, pegou o microfone e falava que, Santo Deus eu estou lembrando este momento, o Coronel chorava e falava: “pessoal, povo, aqui é o Comandante do Bombeiro, afasta todo mundo se não eu não consigo chegar para salvar as pessoas que estão aí embaixo, por favor”. Todas as vias de acesso trancadas, travada, não entrava ninguém por lado nenhum, e as pessoas embaixo do carro alegórico e aquele pânico total. Evento mal planejado, ninguém pensou no povo, pensou em fazer um evento cultural, maravilhoso, tudo bem, mas o povo morreu lá, tudo travado! Não é assim que nós devemos tratar esses eventos não, essas coisas não; não é assim não. Então a gente pega, por exemplo, esses eventos, o Bombeiro vem, o Conselho Tutelar vem, a Polícia vem e traz o dossiê. Quando vai fazer o primeiro evento a gente é inocente, é inexperiente, parece que está tudo bom, faz. Aí depois você vê o resultado: menina de 10 anos, 11 anos com drogas, sexo, ladrão roubando tudo quando é coisa, não tem via de acesso para salvar as pessoas, não tem segurança nenhuma, tudo chega em cima da hora, falta um dia, faltando dois dias, quer que se autorize tudo aquilo lá, o Bombeiro não é informado do que vai ser exatamente. Tudo errado! Tudo errado! E depois o Ministério Público é o culpado, a Polícia que é culpada, o outro que é culpado, que não concordou com aquele evento lá. Só que nós temos uma Corregedoria fortíssima, nós temos hoje o CNMP fortíssimo, o CNMP é formado igual foi citado CNMP, aí eu reclamo lá no CNMP o seu Manoel falou: “eu vou à Brasília, eu vou ao CNMP, eu vou a tal lugar e vou denunciar ao Ministério Público por conta disso”. E faz mesmo, está cheio de denúncia lá. O CNMP é formado por deputados, senadores, advogados, juízes, promotores é um Conselho Eclético, não é um Conselho só da minha classe lá. Esses dias se pegar as decisões do Conselho, o promotor é punido por causa disso, por causa disso. Saiu uma recente lá um promotor, alguém de um Estado que não é do nosso, concordou que se fizesse um prédio, um movimento numa área de APP que ocupasse um pouquinho da área de APP, foi punida, o CNMP cortou a cabeça. A cidade de Porto Velho, o povo tem a cultura de invadir os igarapés, os lugares, as casas; está tudo em cima aí, e é prejudicial para a

população. É prejudicial por que doenças tropicais, você vai gastar esse dinheiro todo lá na saúde, tudo que você economizar, você vai gastar lá na saúde. Mas você vai chegar lá no promotor e fala: “não, permite que a casa fique aí no Igarapé”. Ele vai falar: “Não, eu não, você pode fazer, mas eu não vou concordar com isso daí”. Verbas públicas. Eu fazia parte, estava mais ou menos envolvido com a Comissão Disciplinar da OAB de São Paulo naquela época, e uma determinada Instituição queria fazer um curso de Direito numa cidade lá, e a lei diz que só pode, em menos de cem quilômetros não pode ter duas faculdades. Mas hoje tem duas, três, quatro, e vieram os professores do MEC para checar, estudar e falar se tinha condição ou não. E eu fiz uma pergunta para essa comissão lá, eu falei para eles: “porque que vocês não colocam na grade, eu estava pretendendo estudar o Direito Previdenciário assim advogando, por que vocês não colocam nas grades das Faculdades de Direito, Direito Previdenciário”. Eles responderam assim para nós lá, os do MEC lá e os da Comissão Disciplinar: “olha, 90% dos processos disciplinares contra advogados é os que militam no previdenciário”. É. Por quê? Porque lá ele faz o acordo de honorários assim, por busca a sua aposentadoria de lá atrás, se eu conseguir de lá atrás, o atrasado que der é meu de honorários; daí para frente a prestação daí para frente o que você ganhar é sua, está tudo punido.

Aí nos Eventos de Shows Culturais, quando vai colocar Emenda Parlamentar já é problema, por isso que estão todo mundo punido, alguns punidos, alguma coisa, o Tribunal de Contas não concorda o Ministério Público não concorda outros órgãos controladores, Controladoria, não concorda, não sabem prestar conta, aí pensa assim, veja bem: não “mas eu sou artista, eu fiz um evento maravilhoso eu não preciso ter noção de fazer as coisas”. “Sim, mas o Hospital do Câncer que pegou um recurso público lá, ele tem que prestar conta. Mas eu não. Não. Você tem que prestar conta também a Lei é igual para todos, é você, o outro, quem pegar o recurso tem que prestar conta direitinho”.

Então, a verba pública nessa área, ela é como o previdenciário lá e veja bem que eu não estou aqui para atacar ninguém, eu não estou aqui para dizer que está tudo errado. Pelo amor de Deus, eu estou aqui para argumentar nessa discussão para vocês às vezes entenderem o outro lado, só por isso. Teve uma premiação lá de uma determinada cidade que a premiação era caixas de cerveja. Então, quem ganhasse, aquele era um Evento Cultural, quem ganhasse levava caixas de cervejas. Meu Deus, como vai fazer evento com caixas de cerveja? Quem ganhasse ganhava 10 caixas o outro 05 caixas, num negócio perigoso daquele lá e ganhava caixas de cerveja. Só assim para bem rapidamente complementar aqui, o Sr. Manoel falou, ele foi atendido no Ministério Público, todas às vezes que ele foi lá foi atendido, todas as suas reclamações foram atendidas. Problema do Cemitério. O Cemitério da Candelária, ele é assim, há pessoas construindo no entorno dele lá, só que nós temos três perícias, uma do IPHAN, outra, estou citando órgãos aleatórios, eu não estou falando disso aí, mas tem. Uma do IPHAN, uma da FUNCULTURAL, uma dos Técnicos do Ministério Público, algo assim, um diz assim: “a área é esta”. Outro diz: “a área é esta”. O outro diz: “a área é esta”. Três opiniões. Então você, pela garantia da Lei daquele que está construindo lá não dá para você falar para ele: “Você está errado”. Porque você tem três pareceres, um fala que é aqui, outro fala que é aqui e o outro fala que é aqui. A

castanheira que foi derrubada lá, os técnicos ao avaliarem, ela trazia riscos, já tem casa lá agora, tem gente lá, está ocupando lá e ela trazia risco para a população. Então, derrubou a castanheira lá, se eu não concordo, não concordo, mas havia risco. Aquela escavadeira lá a Bucyrus tem, a ação foi feita e está lá para ser recuperada para tirar de lá, nisso que eu quero reportar os senhores lá atrás. Bom, precisa recuperar isso aí? Precisa. Tem dinheiro? A resposta do Município do Estado, da União: não temos dinheiro suficiente para isso aí. Essa é a resposta. Não é o Ministério Público que não quer. O Ministério público fez tudo para que se faça é bom, foi entendido como era um Patrimônio Histórico. Mas você pergunta, não precisava nem falar nada. O Município diz assim, por exemplo: se eu tivesse dinheiro eu já tinha ido lá feito isso aí, tem que fazer um aparato monstruoso para tirar ela do barranco, da beira daquele rio que é um rio perigoso, mas não tem condição. Então, não é porque não quer, às vezes não há condições mesmo de fazer isso aí. Tem outra situação que eu queria passar para os senhores assim para fomentar a discussão aqui. O ECA quando ele foi editado que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele foi tido como uma das leis mais evoluídas do mundo o ECA, e lá colocava a responsabilidade para o promotor, para o juiz, para o delegado, para a professora, para a família, para o pai, para mãe, para proteger a criança e sempre fala-se em mitigar o ECA e até hoje não conseguiu por ela ser uma Lei muito boa. Já a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela é uma Lei muito apertada, quem é Deputado, Senador, Prefeito, Vereador, ele sabe muito bem o que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela é uma pedra no sapato. E já se falou muito em flexibilizar esta Lei de Responsabilidade Fiscal, pode ser que façam; um dia façam, até hoje não fizeram. Por quê? Porque ela é uma garantia para o administrador também, porque antes o administrador de hoje ele quebrava o Estado para o outro não ir bem; ele quebrava o Município para o outro não ir bem, agora ele não pode mais, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não deixa fazer isso aí, quer dizer, ela é avançada, ela é boa, mas ela é dura, ela é dura, mas ela é boa.

Então até hoje não flexibilizou; assim eu digo para os senhores a 190, se os senhores pensam em flexibilizar em mudar tudo bem. Os Deputados, seja Estadual, seja Federal, seja Vereador; eles são os representantes do povo, como se o povo tivesse feito essa Lei, é o sistema federado, é assim que nós funcionamos, essa Lei foi debatida, discutida e colocada nesses termos. Está bom, digamos que tenha alguma coisa errada então que vai ser discutida, mas cuidado para não retroceder. Exemplo de retrocesso está no Código Florestal, o Código Florestal, houve um amplo debate no Congresso Nacional e saiu uma nova Lei onde se flexibilizou o Código Florestal. Mas, quando você coloca ou ouve os cientistas ambientais, ou as pessoas que defendem o meio ambiente, que sabem a necessidade do meio ambiente para a preservação da espécie humana, de toda espécie vegetal ou sobrevivente, fala: "olha, nós fizemos um negócio que não é bom, está feito mais não é bom". Então, assim, eu peço perdão para os senhores por ter feito essa fala, esclareço para todos que eu tenho vindo aqui na Assembleia, o convite às vezes vai lá para o Procurador Geral, ou às vezes vai para outra Promotoria e eu hoje estou na Promotoria de Urbanismo. Então, as questões afetas ao urbanismo, o que está sendo discutido aqui hoje; grandes eventos. Então, eles me indicam para que eu venha, então, eu não venho porque quero, fico contente de participar aqui, a Assembleia sempre nos recebeu muito bem, é a primeira vez

que eu estou usando o microfone para falar alguma coisa, sempre ouço e participo, a reivindicação dos senhores é justa, é legal, a gente vê que realmente a cultura é pouco, não debatida, mais assim, é pouco apoiada no nosso Estado, ela pode ser muito melhor, eu só falo nesses termos para o cuidado que nós temos, que nós devemos ter nesta questão, o cuidado para não retroceder nesta Lei e ela ser amanhã, ela trazer prejuízo para população e para o próprio organizador do evento. Deus abençoe a todos, fico muito agradecido e contente de participar desta discussão.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) - Nós que agradecemos ao Exmo. Sr. Adilson Donizete de Oliveira, Promotor de Justiça por participar desde o início da Audiência Pública, começamos às 13h34min, já são 19h20min, estamos aqui ainda. Mas, assim, entendo também a nossa função que ficássemos até meia noite, uma hora da manhã, ouvindo, debatendo, encontrando soluções porque eu tenho certeza dessa forma nós vamos avançar. Fica aqui a sugestão, havendo possibilidade de alteração da Lei 190/2004, a Lei Municipal e essas discussões inclusive, Rafael, a sugestão, que o Ministério Público que acompanhe, porque às vezes eu estou com a minuta dela aqui, enfim, eu estou com a Lei, a cópia da Lei, minuta não, cópia da lei e de fato é necessário ouvir e se houver a possibilidade de melhorar, enfim, acredito que a Câmara de Vereadores está lá para isso também. Me coloco à disposição Rafael para acompanhar, inclusive as reuniões que for tratar desse assunto lá pela FUNCULTURAL, pela PGM. O Zezinho solicita a palavra.

O SR. ZEZINHO DE JESUS – Eu queria dar uma sugestão aqui, que já que, eu acho que evoluiu, avançamos. Mas, já que a PGM está aqui, poderia, os Deputados que participaram aqui, daqui duas semanas vendo a agenda de vocês, para gente fazer uma Comissão, porque há uma discriminação com eventos culturais e lá, eu quero todos, pode ser todo mundo eventos, cada um representante lá na PGE para discutir, porque eles estão aqui, o que foi discutido aqui não vai chegar lá. Ai, eu queria ver a possibilidade aqui, logicamente combinando, Deputado Alex poderia...

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Pode ser semana que vem Zezinho, podemos ir lá juntamente, não é isso, Rodney, semana que vem ou na outra semana.

O SR. ZEZINHO DE JESUS – Então ok, estamos juntos. Obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Só dizer o seguinte: nós vamos finalizar um documento aqui dessa reunião com algumas propostas que foram levantadas aqui, dentre elas, a associação entre cultura e turismo, entendo que isso possa de fato ajudar a aquecer a economia do nosso Estado também. Foi dada a sugestão aqui do Espaço do Multieventos, o Silvio Santos, ele sugeriu o Parque dos Tanques, acabamos de ouvir aqui o Dr. Adilson falando das reclamações que houve, na indisponibilidade daquela área, que o Estado e o município disponibilizem outra área, que é importante a gente construir isso. Já existe um debate entre Governo do Estado e Prefeitura, do atual Aeroclube, dali ser construído um Centro de Convenções e a gente possa amadurecer essa questão. Foi citado aqui o ponto da bitributação, a gente entende, foi até a Sueli, não é isso, que levantou essa questão, e eu concordo que às vezes ocorre mesmo a bitributação tanto na questão do

Estado quanto do Município nesses eventos culturais é preciso ser esclarecida essa situação. Investir na qualificação profissional, quando é colocado aqui, foi sugerido aqui, investimentos na qualificação profissional, eu até adentro mais, outro ponto foi citado, que foi o terceiro setor, doutor Adilson. Tem notado, no ano de 2013, no mês de setembro foi votada uma Lei por esta Casa aqui, que nós podemos entendê-la como marco regulatório do terceiro setor. Só que aí, o que às vezes está faltando? Talvez esteja faltando à qualificação dos próprios gestores, porque quando passam um recurso do Município, do Estado para uma entidade, aquele recurso é público, então a mesma lei que se aplica para os gestores públicos mandatários, se aplica também para os gestores das Associações e aí cabe, foi falado em seguida, acho que foi até o nosso amigo aqui, o Chicão falou da questão dessa qualificação, é necessário que a própria gerência de fomento de terceiros de setores, de assuntos estratégicos, esclareça mais, não só pelo sistema, pelo SISPAR, quanto também trabalhe a formação desses gestores dessas instituições, auxiliem na qualificação. Foi falado aqui sobre o patrimônio histórico, foi citado, até peço desculpa aqui aos amigos, que às vezes, de repente, fomos inconvenientes, ao Manoel João Madeira, ao próprio Paulo André. Entendo que é oportuno, foi colocado aqui em discussão, e vai sair deste documento uma cobrança maior de proteção ao patrimônio histórico, tanto o histórico quanto em material, enfim, o orçamento da SEJUCEL, nós precisamos Rodney, na LDO já foi votada, no plano plurianual, vamos discutir para os próximos quatro anos, seja acrescido aquilo que não está incluso, que a gente possa incluir que atenda ao movimento cultural. O orçamento, eu presido a Comissão de Finanças e Orçamento, que é quem indica o relator do Orçamento, me comprometo, já tenho me comprometido em várias áreas, quero relatar o orçamento de 2016 e vamos ter o apoio aí dos Deputados da Casa para que a gente possa de fato avançar nessa área no orçamento específico para a cultura, quero somar a proposta que foi feita aqui na questão do Sistema Estadual da Cultura, onde estava previsto no Fundo da Cultura, (0,5) zero vírgula cinco da receita corrente livre, depois foi alterada a Lei até (0,5) zero vírgula cinco e já, Alex, Redano, Deputado Alex Redano, promova essa discussão para o retorno, estipule ali, 0,5 da receita corrente livre, o ano 2015 serve de parâmetro para 2016, eu acredito...

O SR. RODNEY PAES – Deputado, uma questão de ordem. A garantia do recurso no orçamento, é importantíssimo, o apoio desta Casa, viu Deputado Alex, mas também como o Chicão falou aqui, nós temos um Fundo Estadual de Cultura, que seria importante que esse dinheiro fosse garantido lá no fundo, Chicão. Porque a partir do momento em que ele chega ao Fundo, ele está garantido e ali ninguém mexe mais. Nós sabemos as dificuldades em outras pastas, e Vossa Excelência sabe bem disso, foi Vereador também, quando aperta lá na Saúde, aperta na Educação, eles vão lá à Cultura, no Esporte, retiram o pouquinho que a gente tem, e levam para socorrer as necessidades. Se nós tivermos esse recurso no Fundo, não

mexe mais, ele está garantido, com o apoio desta Casa. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Zero vírgula cinco está previsto na lei, está claro, é zero vírgula cinco da receita corrente líquida, vai para o Fundo da Cultura, pronto meu irmão, é lei, é obrigado, é zero vírgula cinco, se ele não cumprir o zero vírgula cinco, ele incorreu em crime de responsabilidade fiscal. Então ele é obrigado a cumprir o que está determinado na legislação. Prestação de Contas de Convênio entre entidades culturais sem fins lucrativos, entre o Governo do Estado e Municipal, vocês viram, nós precisamos profissionalizar, é fato, nós precisamos investir mesmo em formação de gestão. Então o Governo do Estado e a Assembleia podem contribuir com isso, ajudar a criar condições para essa formação. A relação com os Poderes melhorando, eu acredito que só a presença, Doutor, do Ministério Público aqui e faltou o Tribunal de Contas botando o outro lado da moeda, nos obriga também a avançarmos, então a relação com os Poderes melhorando a gente avança sim no resultado. A Secretaria de Finanças faltou também a presença aqui da Estadual, justamente nós íamos colocar aqui que cultura não é gasto e nem despesa, ela é investimento, foi falado, as emendas de Deputados, para a verdadeira cultura enfim, e aí eu quero dizer para o Representante do Ministério Público Estadual aqui, que nós não estamos mais no País hoje, no Brasil ou em Rondônia ou em qualquer outro lugar desse país não tem mais espaço para o populismo corrupto, Doutor, está claro, está provado, a sociedade não quer mais isso, ela quer ver o resultado, nós queremos que as ações de cultura que tenham espaço, que tenha mais recurso, que avance nessa área, mas nós temos que ter consciência, nós todos, cidadãos, o que está acontecendo no Brasil hoje não há mais espaço para populismo corrupto, então está fato.

Enfim, então, política pública foi citada aqui à questão pelo Professor da UNIR, que já saiu, promover a capacitação continuada aos docentes que já atuam na área, política cultural em longo prazo. O Estado, quando for realizar concurso já está previsto isso aí, já tem avançado nessa área também. Então, quer utilizar a palavra. A palavra está concedida.

O SR. FERNANDO ROCHA – Primeiro, eu como Presidente da FEDERON, o Sílvio tinha inscrito, então eu queria só justificar aí a questão do Ministério Público falou, o Promotor falou a questão do barulho, da reclamação imediatamente nós fomos notificados sim pelo Ministério Público, mas a nossa preocupação como realização da Flor do Maracujá foi chamarmos a Secretaria de Meio Ambiente aqui e a Polícia Ambiental para que a gente medisse, eles têm um aparelho que fizesse aquela medição, só em eles chegarem dentro da Flor, isso em movimento eles já detectaram que onde estava a reclamação não chegava, principalmente, dentro de casa, não chegou nem a 10, 15 uma medição que eles tem lá. Então, nós tivemos a preocupação sim de mantermos ali uma altura normal do que é um ambiente aberto e só para reforçar, Deputado, a gente gostaria de reforçar essa permanência

daquele local que o Superintendente teve lá bem antes da Flor do Maracujá e viu de que forma que nós pegamos aquele espaço, na verdade era uma mata, uma coisa, um abandono total e fizemos um zelo até, nós fizemos, nós mesmos em parceria com a Prefeitura sim, mas usamos carrinho de mão, tiramos muitas pedras, o que tinham deixado para trás, fizemos essa parceria. Então hoje eu falo que a parceria do órgão público com a sociedade civil organizada tem tudo para dar certo. A Flor do Maracujá está a dois anos em nossas mãos e realizamos com grande sucesso, o importante é estarmos nós de mãos dadas, não jogar a responsabilidade só para um nem para o outro. O quê que é um convênio? Um convênio é de um lado e do outro, é você pegar um saco de cimento a parceria e não levantar só, é dos dois levantarem ao mesmo tempo, que se torna maneiro, o problema de tudo isso que está acontecendo que o Zezinho falou é que nós não tínhamos e não temos estrutura para fazer licitação, a Lei 866, ela tanto coloca a sociedade civil, a entidade do CNPJ, que tem o CNPJ que é sem fim lucrativo no mesmo patamar de uma empresa que visa lucro. Então, nós temos que diferenciar isso aí. Uma empresa, ela visa lucro, mas ela também tem os mesmos, é a mesma normalidade de uma prestação de contas nossa, por isso que nós pegamos assim em cima da hora tudo e disse: olha, se vocês não fizerem a Flor não vai existir. Então não é nem querendo tirar a responsabilidade do Estado, mas é que para licitar uma estrutura em cima da hora sabe que não dá tempo. Então, o melhor meio era os convênios e aí nós não tínhamos estrutura, não tínhamos conhecimento das leis e aí o Tribunal de Contas nos pegou, mas a maior prestação de conta que eu entendo e que a população entende é o serviço prestado, nós nunca deixamos de prestar um serviço e Flor do Maracujá nos seus 34 anos, cada ano mais crescendo e nós não sabemos que tamanho vai ser em 2016 e onde vai ser. É isso que nós nos preocupamos, é da cultura de Porto Velho, essa cultura popular tem o seu lugar, o seu endereço, assim como todos os órgãos tem o seu endereço. É isso que nós pedimos.

O SR. PAULO ANDRÉ – Um aparte Sr. Presidente?

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Pois não.

O SR. PAULO ANDRÉ – Sr. Presidente, é extremamente fundamental que se observe o procedimento que o Ministério da Cultura está tomando, o Ministério da Cultura vendo esse problema que o nosso representante da Federação está informando é extremamente importante ser aplicado um processo diferenciado nas prestações de contas. O TCC está sendo apresentado agora em 2015, inclusive, eu gostaria de saber se Vossa Excelência colocou aí como fomento também o Cartão Vale Cultura, senhor Presidente. O Vale Cultura é um fomento cultural e continuando o problema que a Federação tem, não só a Federação, todas, quase todas as entidades que têm convênio com o governo federal, com o governo do Estado, têm esse problema de prestação de contas, que a Lei 866 é muito pesada. Então há sim já tramitando no Ministério da Cultura uma flexibilidade em todos esses procedimentos. Foi

isso que eu falei na tribuna. Então gostaria que o senhor colocasse. Gostaria de colocar essa parte. Só isso mesmo.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) - Ok. Obrigado.

A SRA. MARA VALVERDE – Presidente, Deputado Cleiton.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Pois não, Mara.

A SRA. MARA VALVERDE – Para complementar, eu acho que nesse documento, Vossa Excelência falou a questão do turismo, a Secretaria de Turismo tem que estar presente, porque sempre não participa e aí a gente não consegue ter essa transversalidade que foi colocada aqui. Então, tanto municipal, quanto estadual, esteja presente para poder entender e para justamente ter essa geração de renda, ter isso que foi colocado anteriormente. E parabéns ao Fernando. Eu acho que a Federação tem que fazer esse trabalho sim, mas com planejamento que é isso que foi colocado também aqui e com orçamento aí para que possa realmente fazer valer e ser a cultura popular que a gente tanta almeja e quer. Obrigada. Tenho dito.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Ok, Mara. Manoel, acho que tem um microfone para utilizar aí. Pode falar.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA - Bem, eu estou gostando desta Audiência, apenas por um motivo eu não estou... Eu achei que a justiça, o direto que é democracia, não contemplou o patrimônio material. Então, o que eu sugiro, a gente está aqui há trezentos minutos, e só se falou do patrimônio histórico, pelo menos quinze minutos que fui eu, sozinho. Então, ninguém falou do patrimônio histórico. O patrimônio histórico é tombado pelo Estado, tem importância o suficiente para que se tenha uma Audiência só para discutir o patrimônio histórico, arqueológico e museológico, só para isso. Porque hoje, realmente, só se discutiu a Lei 190.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Está bom, Manoel. Nós vamos nos comprometer...

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA – Então eu sugiro uma Audiência para a gente discutir o patrimônio histórico.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Nós podemos discutir isso aí. Podemos fazer esse encaminhamento. Obrigado, Manoel.

Não havendo mais nada a tratar, a gente encerra esta Audiência Pública. Agradece a participação de todos vocês, de coração, por permanecerem até este horário, o público presente.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19h35min)

SECRETARIA GERAL**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO Nº. 7808/2015-24****REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2015/CPP/ALE/RO**

OBJETO: Aquisição de peças para aparelhos de ar condicionado e centrais de ar, a pedido da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia- ALE, conforme descrição detalhada no Termo de Referência- TR- Anexo I do Edital. Em atendimento ao disposto no Art. 11, inciso IX do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, **HOMOLOGO** o objeto da presente licitação da empresa: **TEKIOS ENGENHARIA LTDA EPP, CNPJ Nº 02.606.033/0001-05**, vencedora do lote único no valor total de R\$ 16.900,00 (Dezesseis mil e novecentos reais), por estar em conformidade com as normas legais, Lei Federal 10.520/02, Resolução ALE 152/2007, Decreto nº 3.555/00 e Lei Federal nº 8.666/93.

Porto Velho – RO, 09 de setembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL - ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº2995/2015-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

ATO Nº 231/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária para o dia 09/09/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se ao município de Buritis - RO, com o objetivo de inspecionar as obras que estão sendo realizadas no município, conforme Processo nº. 11627/2015-09.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160411	Agnaldo A. Nepomuceno	Asses Técnico	Com. Transp. e Obras Publicas
200161483	Jean Carla dos S. Costa	Asses. Técnico	Com. Transp. e Obras Publicas
200161482	Claudiney Rocha Finotti	Asses. Técnico	Com. Transp. e Obras Publicas

Porto Velho - RO, 09 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

CONCEDER:

Afastamento remunerado a servidora **JOANA CÂNDIDA DA COSTA**, matrícula nº 100009242, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada na Divisão de Publicação e Anais, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068 e Processo nº 7623/2015-34.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 02 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2996/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

CONCEDER:

Afastamento remunerado ao servidor **FRANCISCO ADEMIR MARTINS**, matrícula nº 100001264, Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotado no Gabinete da 1ª Secretaria, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068 e Processo nº 7917/2015-35.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 02 de setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral